



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 17 de outubro de 2016
(OR. en)

13026/16

CFSP/PESC 796
PE 99
COPS 292

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

n.º doc. ant.: 12898/16

Assunto: Relatório PESC - As nossas prioridades em 2016

Junto se envia, à atenção das delegações, o "Relatório PESC – As nossas prioridades em 2016", aprovado pelo Conselho em 17 de outubro de 2016.

Relatório PESC – As nossas prioridades em 2016**Introdução**

A Alta Representante apresentou ao Conselho Europeu de junho de 2016 uma Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia. O segundo semestre de 2016 é dedicado ao seguimento e à execução das prioridades identificadas pela estratégia, a saber, o desenvolvimento da resiliência, uma abordagem integrada para os conflitos e as crises, a segurança e a defesa e o reforço da articulação entre as políticas internas e externas, sendo dada atenção à migração, bem como ao combate ao terrorismo. Os trabalhos de execução da estratégia realizam-se com base num roteiro da Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão Europeia (AR/VP) para o efeito e nas conclusões do Conselho de outubro de 2016. Estão também a ser intensificados os esforços de comunicação e de diplomacia pública, bem como os esforços para aumentar a resiliência da população contra a manipulação da informação por terceiros e as mensagens anti-UE, a fim de chegar aos cidadãos da UE e às populações dos países terceiros.

Em 2016, a PESC centra-se acima de tudo na prossecução da procura de soluções para as crises agudas registadas na vizinhança da UE, protegendo e defendendo ao mesmo tempo os direitos humanos, e na consolidação e reforço da paz e da estabilidade a nível mundial, inclusivamente através de missões e operações da PCSD. A leste, a violação do direito internacional pela Rússia e a desestabilização da Ucrânia, para além dos conflitos que se arrastam em toda a região do Mar Negro, representam uma ameaça direta para a segurança europeia. A sul, os esforços a desenvolver continuarão a ter por principal objetivo pôr termo ao conflito na Síria. Além de aprofundar a instabilidade e insegurança regionais, a crise na Síria tem também um impacto na UE a nível interno – tanto como importante risco para a segurança como em termos de fluxos maciços de pessoas que fogem à procura de segurança.

A UE procurará igualmente impulsionar as evoluções positivas registadas, como por exemplo no Irão, onde continuará a trabalhar na execução do Plano de Ação Conjunto Global (PACG) e na renovação das relações bilaterais. Outras prioridades incluem a progressão do trabalho da UE na Líbia. Com base no seu papel já ativo em África, a UE continuará a reforçar a paz e a resiliência, inclusivamente através de missões e operações da PCSD. A UE continuará também a desenvolver parcerias de trabalho na Ásia Central e do Sudeste e a fortalecer a relação transatlântica, de importância crucial. A conferência de Bruxelas sobre o Afeganistão, em outubro de 2016, constituiu uma importante oportunidade para promover a paz, a estabilidade e a segurança. A UE continuará a colaborar com as Nações Unidas, reconhecendo a importância de um sistema internacional assente no multilateralismo.

De modo a refletir a abordagem global, o presente relatório inclui, sempre que necessário, referências a políticas e instrumentos que não se inserem no âmbito da PESC.

GEOGRAFIA

EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Vizinhança Oriental/Parceria Oriental

A existência de uma Vizinhança Oriental democrática, estável e próspera continuará a ser uma prioridade para a UE. A abordagem da UE para a Parceria Oriental continuará a basear-se nos princípios acordados na cimeira de Riga de 2015 e previstos na revisão da política europeia de vizinhança (PEV). A UE esforçar-se-á por manter a inclusividade da cooperação multilateral no âmbito da Parceria Oriental. Na reunião ministerial da Parceria Oriental de maio de 2016, foi debatida a necessidade de prosseguir as reformas e de manter a estabilidade na região, tendo em vista a preparação da próxima cimeira, a realizar em 2017.

Nas suas relações com a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia, a UE continuará a centrar-se na execução dos respetivos acordos de associação, que ajudarão a orientar os processos de reforma nesses países. Os acordos de associação com a Geórgia e a República da Moldávia entraram em vigor a 1 de julho de 2016. O acordo de associação com a Ucrânia está a ser aplicado a título provisório.

A liberalização do regime de vistos, que já está em vigor com a República da Moldávia, será um sinal tangível importante dos benefícios da associação com a UE. Na primeira metade de 2016, a Comissão apresentou propostas legislativas no sentido de levantar os requisitos em matéria de vistos para os cidadãos da Geórgia e da Ucrânia titulares de passaportes biométricos, após confirmação de que estes países tinham cumprido todos os critérios dos respetivos planos de ação sobre a liberalização do regime de vistos.

Nas relações com os parceiros orientais que não procuram celebrar acordos de associação – a Arménia, o Azerbaijão e a Bielorrússia – a UE desenvolverá alternativas atraentes e mutuamente benéficas com base nos valores comuns e princípios fundamentais da UE para promover uma cooperação abrangente e processos de reforma sustentados nos países parceiros da Europa Oriental.

A situação económica da **Ucrânia** estabilizou-se em grande medida graças ao apoio internacional e da UE. Embora tenha sido lançado um impressionante conjunto de reformas, é necessário prosseguir os esforços para assegurar a sua implementação e sustentabilidade, nomeadamente no que se refere ao Estado de direito, à luta contra a corrupção e à criação de um ambiente propício aos investimentos estrangeiros. A UE continuará a promover as mudanças institucionais, a modernização e a estabilização da Ucrânia através da realização de reuniões regulares de diálogo político a alto nível e da execução atempada dos programas do Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV). Será prosseguida a cooperação no domínio da energia, incluindo as negociações sobre um memorando de entendimento para uma parceria estratégica no setor da energia. A cimeira anual UE-Ucrânia e o Conselho de Associação, que se realizará ainda este ano, darão um novo impulso à associação política e à integração económica da Ucrânia com a UE.

A UE continuará a apoiar os esforços diplomáticos envidados no “formato Normandia” e no âmbito do Grupo de Contacto Trilateral para a plena execução dos Acordos de Minsk de 2014 e 2015, bem como a prestar apoio financeiro e em espécie à Missão Especial de Observação da OSCE na Ucrânia. A UE continuará a defender a política de não reconhecimento da anexação ilegal da Crimeia e de Sebastopol, que também conduziu à imposição de medidas restritivas contra a Rússia. A UE manter-se-á aberta a todos os contactos que tenham por objetivo a resolução construtiva dos problemas comerciais (incluindo as medidas de retaliação tomadas pela Rússia contra a Ucrânia), ainda que as conversações trilaterais UE-Ucrânia-Rússia sobre o acordo de comércio livre abrangente e aprofundado (ACLAA) se tenham concluído de forma infrutífera em dezembro de 2015. Está a ser dado seguimento às conversações trilaterais sobre o gás no contexto do “pacote de inverno” .

A instabilidade política que se registou na **República da Moldávia** em 2015 foi um importante obstáculo à realização de progressos globais na agenda de reformas. Em 2016, ainda que frágil, a República da Moldávia recuperou a sua estabilidade, com a nomeação de um novo governo em janeiro. A UE continuará a acompanhar a situação de perto, como previsto nas conclusões do Conselho de fevereiro de 2016, centrando-se nas reformas essenciais que se impõem. A UE mantém-se disponível para prestar assistência à República da Moldávia, inclusive através de assistência técnica e apoio a projetos, enviando por exemplo missões de avaliação interpares e consultores de alto nível. A UE mantém-se igualmente empenhada em apoiar a integridade territorial da República da Moldávia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como em continuar a apoiar o processo de resolução do problema transnístrio e os esforços envidados pela OSCE a este respeito.

Em outubro de 2016, realizaram-se eleições parlamentares na **Geórgia**. A UE congratulou-se com as eleições parlamentares na Geórgia, que se realizaram de forma pacífica e ordenada, na generalidade. Apesar de alguns episódios de violência em mesas de voto e nas suas imediações, a avaliação preliminar da missão de observação eleitoral da OSCE/ODIHR concluiu que as eleições tinham sido bem geridas e disputadas em condições de concorrência e de respeito pelas liberdades fundamentais. A UE aguarda com expectativa o trabalho a desenvolver com o novo parlamento e o novo governo democraticamente eleitos, assim que o processo eleitoral estiver concluído, e apela a todos os representantes eleitos para o novo parlamento para que colaborem entre si no interesse da Geórgia. A UE continuará a apoiar os esforços da Geórgia para superar as consequências dos conflitos nas suas regiões separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul, nomeadamente através das atividades da Missão de Observação da UE e do Representante Especial da UE (REUE) para o Sul do Cáucaso e a crise na Geórgia. A UE manter-se-á firmemente empenhada na sua política de apoio à soberania e à integridade territorial da Geórgia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

As relações da UE com a **Arménia** centram-se na negociação de um novo acordo-quadro que dê um novo impulso às nossas relações bilaterais com vista à sua intensificação. Além disso, serão acordadas em conjunto novas prioridades da parceria, destinadas a substituir o Plano de Ação da PEV, já desatualizado. Na sequência do referendo constitucional do ano passado, importa que a Arménia implemente o novo código eleitoral e todas as recomendações da OSCE e do Conselho da Europa com bastante antecedência em relação às próximas eleições parlamentares de 2017. A UE contribuirá, como principal doador, para suportar a maior parte dos encargos financeiros das próximas eleições parlamentares.

O diálogo da UE com o **Azerbaijão** terá por objetivo lançar negociações sobre um novo acordo global. Embora se tenham registado alguns progressos na situação do país em matéria de direitos humanos, esta continua a suscitar preocupação. O Azerbaijão tem um papel fundamental na diversificação do aprovisionamento energético da UE. Quando estiver concluído, o Corredor Meridional de Gás poderá aumentar a quota-parte do Azerbaijão no mercado de energia da UE e transformar o país na porta de entrada do abastecimento de gás proveniente das margens oriental e meridional do mar Cáspio.

A UE continuará a apoiar os esforços de mediação envidados pelos copresidentes do Grupo de Minsk da OSCE a fim de encontrar uma solução negociada para o conflito do Nagorno-Karabakh.

O Conselho decidiu, em fevereiro de 2016, levantar a maioria das medidas restritivas impostas contra a **Bielorrússia**, reconhecendo as medidas tomadas por este país nos últimos dois anos, que contribuiriam também para melhorar as relações entre a UE e a Bielorrússia. No entanto, a UE continua preocupada com os direitos humanos, a democracia e a situação do Estado de direito no país. Condenando a aplicação da pena de morte, a UE insta a Bielorrússia a estabelecer, sem demora, uma moratória formal sobre as execuções, como primeiro passo para a abolição da pena de morte. A UE e a Bielorrússia têm agora a oportunidade de desenvolver as suas relações com base numa agenda mais positiva, nomeadamente começando os trabalhos sobre o acordo de prioridades conjuntas da parceria. A UE prestará à Bielorrússia uma assistência reforçada, dirigida aos esforços de modernização do país. As medidas concretas tomadas pela Bielorrússia com vista ao respeito pelas liberdades universais fundamentais, pelo Estado de direito e pelos direitos humanos continuarão a ser decisivas para moldar as futuras relações UE-Bielorrússia.

Rússia

A anexação ilegal da Crimeia e de Sebastopol pela Rússia e a prossecução da desestabilização da Ucrânia continuarão a ter um impacto nas relações com a UE. De acordo com os resultados do debate do Conselho dos Negócios Estrangeiros de março de 2016, que fixaram cinco princípios de relacionamento, e com as conclusões do Conselho Europeu de março de 2015, que fizeram depender a duração das medidas restritivas contra a Rússia da completa execução dos Acordos de Minsk, a União manterá a sua abordagem dupla, que combina firmeza e diligências diplomáticas.

Embora o diálogo e a cooperação UE-Rússia continuem a ser limitados, na ausência de resolução do conflito na Ucrânia, e se tenham tornado ainda mais complicados devido às ações militares da Rússia na Síria desde 2015, a UE manterá os canais de comunicação abertos e colaborará de forma seletiva com a Rússia em questões que apresentem um claro interesse para a UE, tais como a Síria, a Líbia, o Processo de Paz no Médio Oriente, o Afeganistão, o Irão e outras questões mundiais. Estão também em curso programas de cooperação regional e transfronteiriça.

A UE continuará também a apelar à Rússia para que honre os seus compromissos internacionais, como o respeito pela soberania e integridade territorial de outros países, o Estado de direito, as questões de boa governação e a OMC. Tendo em conta a constante pressão exercida sobre a sociedade civil, a problemática situação dos direitos humanos e a limitação da liberdade dos média na Rússia, a União continuará a levantar as questões de direitos humanos junto dos seus interlocutores russos e intensificará o seu apoio à sociedade civil russa, bem como os contactos entre os nossos povos. A UE tomou nota das preocupações manifestadas pela OSCE/ODIHR no que respeita às restrições às liberdades fundamentais e aos direitos políticos, ao controlo apertado dos média e ao controlo cada vez maior da sociedade civil, bem como às deficiências relacionadas com o registo dos candidatos e o quadro jurídico, que afetaram negativamente o clima eleitoral antes das eleições para a Duma na Federação da Rússia. A UE espera que as autoridades russas envidem todos os esforços para dar resposta a estas preocupações, com base nas recomendações do ODIHR. A UE não reconhece a anexação ilegal da Crimeia e de Sebastopol pela Federação da Rússia e, conseqüentemente, não reconhece as eleições realizadas na península da Crimeia. A UE espera igualmente que todos os Estados que estejam em condições de prestar assistência no âmbito da investigação e da ação penal contra os responsáveis pela tragédia do voo MH17 o façam, como exigido pela Resolução 2166 do Conselho de Segurança da ONU.

Turquia

A UE tem procurado, em 2015 e 2016, consolidar e desenvolver um diálogo e uma colaboração de alto nível com a Turquia, enquanto país candidato e parceiro essencial, para além da crise da migração e dos refugiados, como demonstra a intensificação dos contactos de alto nível realizados entre a UE e a Turquia desde o outono de 2015 e na sequência das conclusões do Conselho Europeu de outubro de 2015. Embora se centrassem principalmente na resposta a dar à crise dos refugiados e da migração, estes contactos culminaram na cimeira de 29 de novembro de 2015, que reconheceu a importância de a UE e a Turquia colaborarem estreitamente entre si sobre questões de interesse vital para ambas as partes.

A UE condenou veementemente a tentativa de golpe de Estado que ocorreu na Turquia em 15 de julho de 2016. Foi posteriormente anunciado, em 21 de julho, o estado de emergência. Nas conclusões do Conselho de 18 de julho de 2016, a UE condenou veementemente a tentativa de golpe de Estado, reiterando simultaneamente o seu pleno apoio às instituições legítimas do país, e apelou à plena observância da ordem constitucional da Turquia, salientando a importância do primado do Estado de direito. A UE sublinhou a necessidade de respeitar a democracia, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, bem como o direito universal a um processo equitativo em plena conformidade com a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, incluindo o Protocolo n.º 13 relativo à Abolição da Pena de Morte. À luz destes acontecimentos, a UE acompanhará estas questões com a máxima atenção, mantendo-se empenhada em colaborar com uma Turquia democrática, inclusiva e estável, para enfrentar os nossos desafios comuns.

A Cimeira UE-Turquia de novembro de 2015 iniciou uma cooperação renovada com a Turquia (redinamização das negociações de adesão, aceleração da liberalização do regime de vistos, financiamento acrescido de 3 mil milhões de euros através do Mecanismo em Favor dos Refugiados na Turquia e ativação do plano de ação conjunto sobre a gestão da migração e dos refugiados). Foi também acordado que era essencial um diálogo de alto nível estruturado e mais frequente para desenvolver o potencial das relações UE-Turquia, através de cimeiras periódicas duas vezes por ano, reuniões regulares de diálogo político abrangente a nível de ministros/Alta Representante/Comissários, para além das reuniões regulares do Conselho de Associação, debates e cooperação regulares em matéria de política externa e de segurança, inclusive no plano da luta contra o terrorismo, bem como diálogos de alto nível sobre temas de fundamental importância como a economia e a energia.

A cimeira foi seguida de um diálogo político de alto nível UE-Turquia, realizado em Ancara a 25 de janeiro de 2016. Nessa ocasião, foi acordado um plano de trabalho semestral conjunto. Além disso, o diálogo político de alto nível constituiu a oportunidade para debater de forma global e coerente todas as questões essenciais das agendas de ambas as partes, a fim de contribuir para a preparação de futuras cimeiras entre a UE e a Turquia. Em 28 de janeiro de 2016, realizou-se em Istambul um diálogo de alto nível sobre energia. Em 25 e 26 de abril de 2016, teve lugar em Ancara e Istambul um diálogo económico de alto nível. A UE e a Turquia lançaram medidas preparatórias para melhorar e modernizar a união aduaneira, e a Comissão está atualmente a concluir um estudo de avaliação de impacto com vista a apresentar um projeto de diretrizes de negociação no quarto trimestre de 2016.

A urgência da crise dos refugiados e da migração, que não perdia acuidade, levou o Presidente Donald Tusk a convocar uma reunião extraordinária dos Chefes de Estado ou de Governo com a Turquia. Na sequência de uma primeira reunião realizada em 7 de março de 2016, foi acordada com a Turquia, em 18 de março de 2016, com base no plano de ação UE-Turquia, uma declaração conjunta destinada nomeadamente, no respeito do direito internacional e da UE, a quebrar o modelo de negócio dos passadores de seres humanos e a suprimir os incentivos à procura de rotas irregulares para entrar na UE. Segundo as últimas avaliações dos progressos realizados na implementação da declaração conjunta¹, a queda substancial registada tanto nas passagens como no número de mortos desde a entrada em vigor da declaração comprova que esta produz resultados eficazes e, em particular, que o modelo de negócio dos passadores que exploram os migrantes e os refugiados pode ser desmantelado. Embora a dimensão global dos fluxos rumo à Grécia se mantenha muito abaixo dos valores verificados antes da declaração, a situação deve continuar a ser cuidadosamente acompanhada. Importa pois acompanhá-la de forma contínua e tomar medidas preventivas. O reforço da comunicação e do intercâmbio de informações entre as autoridades turcas e as suas homólogas na UE será um fator relevante na resposta a dar aos riscos emergentes. Na UE, foram tomadas medidas para proteger as fronteiras vulneráveis. Na sequência do pedido das autoridades búlgaras para que lhes fosse concedido apoio suplementar, a Frontex tem vindo a reforçar gradualmente a sua presença nas fronteiras da Bulgária com a Turquia (e com a Sérvia). A Turquia deverá prosseguir os seus esforços no sentido de implementar a declaração conjunta de forma eficaz e sustentável. A UE felicita a Turquia pela sua generosidade no acolhimento e na resposta às necessidades de mais de dois milhões de refugiados sírios.

O Mecanismo em Favor dos Refugiados na Turquia foi criado em resposta à necessidade de um financiamento suplementar significativo para apoiar os refugiados sírios no país. O Mecanismo centra-se na assistência humanitária, na educação, na gestão da migração, na saúde, nas infraestruturas municipais e no apoio socioeconómico. Encontra-se agora plenamente operacional, tendo já sido atribuída grande parte do montante total de 3 mil milhões de euros previsto para o período 2016-2017. No que se refere à supressão dos requisitos em matéria de vistos para os cidadãos turcos, a Turquia tem ainda de preencher sete dos 72 critérios de referência do roteiro de liberalização do regime de vistos. Lamentando embora as declarações unilaterais da Turquia sobre este assunto, que não têm qualquer efeito jurídico, a UE sublinha a importância da aplicação integral e eficaz tanto do acordo de readmissão como do roteiro em matéria de vistos relativamente a todos os Estados-Membros da UE, incluindo a cooperação em assuntos no domínio da JAI e o acesso não discriminatório com isenção de visto ao território turco para os cidadãos de todos os Estados-Membros da UE.

¹ COM(2016) 634 final, de 28 de setembro de 2016.

Em 9 de setembro de 2016, realizou-se em Ancara um diálogo político de alto nível, que incidiu sobre a evolução registada em várias vertentes da cooperação, incluindo os principais desenvolvimentos da política externa, a luta contra o terrorismo, a migração, a energia e as relações económicas. A UE reafirmou o seu apoio ao povo turco e às instituições democráticas, tendo ao mesmo tempo enviado a mensagem clara de que a Turquia tem de respeitar o Estado de direito, proteger a liberdade dos média e garantir o direito de todas as pessoas a um julgamento justo e a um processo equitativo. Foram também debatidas a situação dos curdos e a questão curda. A UE declarou que deve ser posto termo a todos os atos de violência e atentados terroristas e que devem ser depostas as armas, devendo ao mesmo tempo ser desenvolvido um processo político.

Em dezembro de 2015, a UE tomou nota da intenção da Comissão de apresentar os documentos preparatórios relativos a uma série de capítulos no primeiro trimestre de 2016, sem prejuízo das posições dos Estados-Membros. A UE declarou também que a Turquia poderá acelerar o ritmo das negociações de adesão, fazendo progressos no cumprimento dos marcos de referência, satisfazendo os requisitos do quadro de negociação e respeitando as suas obrigações contratuais para com a UE. A UE continua a exortar a Turquia a alinhar-se progressivamente pela política externa e de segurança comum da UE, nos termos do quadro de negociação.

A Turquia deverá empenhar-se inequivocamente em manter relações de boa vizinhança e em resolver pacificamente os litígios, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, recorrendo, se necessário, ao Tribunal Internacional de Justiça. Neste contexto, a União manifesta uma vez mais grande preocupação e insiste em que a Turquia evite qualquer tipo de ameaça ou ação dirigida contra um Estado-Membro, ou qualquer fonte de fricção ou ação que afete negativamente as relações de boa vizinhança e a resolução pacífica dos litígios. Além disso, a UE salienta novamente todos os direitos soberanos dos seus Estados-Membros, que incluem, nomeadamente, o direito de celebrar acordos bilaterais e de explorar e aproveitar os recursos naturais nos termos do acervo da UE e do direito internacional, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e salienta também a necessidade de respeitar a soberania dos Estados-Membros sobre o seu mar territorial e espaço aéreo. A Turquia é instada a dar provas de contenção e a respeitar a soberania de Chipre sobre o seu mar territorial e os direitos soberanos de Chipre na sua zona económica exclusiva.

Apesar dos repetidos apelos que têm sido lançados, a Turquia continua a recusar-se a cumprir a sua obrigação de aplicar na íntegra e de forma não discriminatória, em relação a todos os Estados-Membros, o Protocolo Adicional ao Acordo de Associação, cujo cumprimento poderia dar um impulso significativo ao processo de negociação. Na falta de progressos nesta matéria, a UE irá manter as medidas aplicadas desde 2006, o que afetará de forma permanente a progressão global das negociações. Além disso, lamentavelmente, a Turquia ainda não efetuou progressos no sentido da necessária normalização das suas relações com a República de Chipre. A UE recorda a sua posição sobre a adesão de Estados-Membros da UE a organizações internacionais.

Tendo em conta os desenvolvimentos encorajadores registados ao longo do último ano, e tal como sublinhado no Quadro de Negociação, a UE espera que a Turquia apoie ativamente as negociações tendo em vista a resolução justa, abrangente e viável do problema de Chipre no âmbito das Nações Unidas, nos termos das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e em consonância com os princípios em que se fundamenta a União. O empenhamento e o contributo concreto da Turquia para essa resolução abrangente continua a ser fundamental.

Balcãs Ocidentais

Em 2016, a atenção da UE centrou-se na abordagem dos seguintes fatores de estabilidade política e de segurança: continuar a facilitar a normalização das relações entre o Kosovo* e a Sérvia, atenuar os riscos para a estabilidade decorrentes da polarização política no Kosovo e na antiga República jugoslava da Macedónia, promover o funcionamento do Estado da Bósnia-Herzegovina e o seu desenvolvimento socioeconómico, consolidar a orientação da Sérvia em direção à UE e continuar a reforçar as reformas e o Estado de direito na Albânia e no Montenegro. A UE continua empenhada na perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais. A UE continuará também a salientar, no diálogo com os países pertinentes dos Balcãs Ocidentais, as suas expectativas de que seja aprofundada a cooperação nas questões de política externa e de que haja um alinhamento progressivo pelas posições da UE nessa matéria, nomeadamente nos assuntos em que estejam em jogo importantes interesses comuns, como as medidas restritivas.

* Esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está conforme com a Resolução 1244/99 do CSNU e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo.

O **processo de normalização entre Belgrado e Pristina** (diálogo facilitado pela UE) deve prosseguir de boa-fé em 2016 e posteriormente, e todos os acordos resultantes do diálogo devem ser implementados por ambas as partes. Prevê-se que prossigam as reuniões do diálogo de alto nível entre Pristina e Belgrado, facilitadas pela AR/VP. Na sequência das eleições realizadas na Sérvia e no Kosovo, o processo regista agora uma nova dinâmica. A realização de novos progressos na implementação de todos os acordos decorrentes do diálogo continua a ser essencial para fazer avançar a perspetiva europeia.

No **Kosovo**, embora a oposição tenha perdido a sua anterior unidade, a significativa polarização, que poderá estar associada à recorrência de atos ocasionais de violência por parte da oposição, constituirá um risco constante em 2016. O mandato da Missão da União Europeia para o Estado de Direito (EULEX) foi prorrogado até junho de 2018. O AEA entre a UE e o Kosovo entrou em vigor a 1 de abril de 2016 e o primeiro Conselho de Estabilização e de Associação realizar-se-á antes do final de 2016.

O Kosovo alcançou progressos significativos no cumprimento dos requisitos do roteiro de liberalização do regime de vistos que levaram a Comissão a apresentar uma proposta formal, em maio de 2016, para transferir o Kosovo para a lista Schengen dos países cujos nacionais estão isentos da obrigação de visto, no pressuposto de que, até ao dia em que a referida proposta for adotada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o Kosovo terá ratificado o acordo de delimitação das fronteiras/linha de separação com o Montenegro e melhorado os seus resultados no domínio da luta contra a criminalidade organizada e a corrupção. A UE recorda que os dois restantes marcos de referência devem ser alcançados. A UE recorda ainda que, tal como no caso de outros beneficiários da liberalização do regime de vistos, pode aplicar-se uma cláusula de salvaguarda se não forem observadas as condições estabelecidas.

Na sequência da abertura dos dois primeiros capítulos de negociação com a **Sérvia**, em dezembro de 2015, será importante abordar as questões relativas ao Estado de direito nas negociações de adesão. Os dois capítulos em causa (23 – Poder Judicial e Direitos Fundamentais e 24 – Justiça, Liberdade e Segurança) foram abertos em julho de 2016, o que deverá, nomeadamente, promover a obtenção de resultados nestes domínios. A UE exorta a Sérvia a aproveitar esta dinâmica positiva e a intensificar as reformas legislativas e a sua efetiva implementação nos principais domínios da reforma judiciária, da luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, e da liberdade de expressão e dos média. Deve ser prestada uma atenção especial ao pleno respeito pelos direitos fundamentais, incluindo a proteção dos grupos mais vulneráveis, em especial os ciganos, bem como à aplicação efetiva da legislação relativa à proteção das minorias, ao tratamento não discriminatório das minorias nacionais em toda a Sérvia, inclusive nos domínios da educação, da utilização das línguas minoritárias e do acesso aos média e serviços religiosos nas línguas minoritárias, e ao combate à discriminação com base na orientação sexual ou identidade de género.

Após as eleições gerais antecipadas realizadas em abril de 2016, em que o Primeiro-Ministro Aleksandar Vucic obteve um mandato claro para a política de prossecução da integração na UE, o novo governo precisa de se centrar nas reformas essenciais. Importará também que a Sérvia mantenha uma atitude construtiva para com todos os seus vizinhos e continue a participar de forma positiva nas iniciativas de cooperação regional. A UE continuará a exortar a Sérvia a alinhar-se progressivamente pela política externa e de segurança comum da UE, nos termos do quadro de negociação.

Em setembro de 2016, o Conselho solicitou o parecer da Comissão sobre o pedido de adesão da **Bósnia-Herzegovina** à UE. É essencial a prossecução da execução eficaz da agenda de reformas e do seu plano de ação, centrados nas reformas socioeconómicas e nas reformas do Estado de direito e da administração pública. A UE consagrará especial atenção à execução do acórdão Sejdic-Finci.

Em julho de 2016, foi rubricado o Protocolo relativo à adaptação do AEA para ter em conta a adesão da Croácia à UE. O mecanismo de coordenação dos assuntos da UE, criado em agosto de 2016, terá de funcionar de forma eficaz, de modo a que as reuniões previstas do Comité de Estabilização e de Associação e do Conselho de Estabilização e de Associação possam produzir resultados, tendo também em conta o processo de emissão de pareceres da Comissão relacionado com o pedido de adesão à UE. Em setembro de 2016, foi assinado um novo acordo com o FMI. Em novembro de 2016, deverá ter lugar no Conselho de Segurança da ONU uma votação sobre a renovação do mandato da Operação Militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (EUFOR/ALTHEA). A Bósnia-Herzegovina também pretende prosseguir as suas aspirações a uma adesão à OTAN.

A antiga República jugoslava da Macedónia permanece frágil, estando agora previstas para 11 de dezembro de 2016 – depois de terem sido adiadas por duas vezes – eleições gerais antecipadas (eleições essas que, segundo o acordo político facilitado pela UE de junho/julho de 2015 entre os quatro principais partidos, deviam ter tido lugar no início de 2016). Todavia, o governo terá de resolver as questões sistémicas relativas ao Estado de direito expostas pela revelação da vigilância ilegal de figuras públicas. A não resolução destas questões poderá causar mais instabilidade política e agitação pública. O julgamento dos suspeitos de terrorismo de Kumanovo será prosseguido. A UE espera que o país mantenha boas relações de vizinhança com a Grécia e a Bulgária, em consonância com as conclusões do Conselho de dezembro de 2015, e que traduza em termos práticos o compromisso assumido pelos dirigentes dos principais partidos políticos no âmbito do acordo de 2 de junho. A UE continuará a acompanhar a situação de perto e permanecerá empenhada no processo de adesão da Antiga República Jugoslava da Macedónia à UE.

No **Montenegro**, o governo e os principais partidos da oposição alcançaram um acordo sobre a partilha de poder na primavera de 2016, com o objetivo de realizar eleições gerais credíveis em outubro de 2016, demonstrando assim a maturidade política do país. Após a abertura de mais dois capítulos em junho, é fundamental, para a abertura e o encerramento dos restantes capítulos das negociações de adesão, que o Montenegro continue a avançar sobre as questões do Estado de direito, nomeadamente através da obtenção de resultados sólidos no domínio da luta contra a corrupção e a criminalidade organizada. Os membros da OTAN assinaram o Protocolo de Adesão do Montenegro em maio de 2016, estando o processo de ratificação em curso. A integração euroatlântica do país terá um impacto positivo na estabilidade de toda a região.

A **Albânia** continuou a progredir firmemente no cumprimento das cinco prioridades fundamentais (reforma da administração pública, sistema judicial, luta contra a corrupção, luta contra a criminalidade organizada e direitos humanos, incluindo a proteção das minorias e a implementação dos direitos de propriedade) identificadas para a abertura de negociações de adesão. Há que garantir a sua implementação sustentada, abrangente e inclusiva. No verão de 2016, o parlamento albanês adotou legislação essencial para uma reforma abrangente destinada a reforçar a independência e a responsabilidade do sistema judicial, e o país deverá poder começar a tomar sérias medidas de execução durante o corrente ano. Será necessário envidar mais esforços relativamente a estas prioridades fundamentais.

Para ajudar a resolver as restantes questões de **migração** na rota dos Balcãs Ocidentais, terá de continuar a ser desenvolvida, ao longo de 2016, uma estreita coordenação e cooperação com os países da região, que deverá incluir o seguimento da assistência fornecida para a gestão das fronteiras, a melhoria das capacidades de acolhimento e o combate às redes de passadores. Os outros países dos Balcãs Ocidentais terão de dispor de um planeamento de contingência para as rotas migratórias alternativas, sendo prioritária a monitorização contínua da situação, nomeadamente através das agências da UE, para limitar o eventual desenvolvimento do negócio dos passadores na região.

Para garantir a estabilidade e a perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais, continuará a ser essencial desenvolver uma **cooperação regional inclusiva e boas relações de vizinhança**. Em 2016, continuará a ser necessário prosseguir os esforços para facilitar a inclusividade, em especial no que diz respeito às iniciativas/fóruns regionais sobre o Estado de direito. A Cimeira do Processo de Cooperação da Europa do Sudeste, realizada a 1 de junho em Sófia, e a Conferência de Paris de 4 de julho de 2016, realizada no âmbito do Processo de Berlim (Cimeira dos Balcãs Ocidentais), debateram questões políticas prementes e os progressos na conectividade em matéria de transportes e energia na região e com a UE. A Conferência de Paris também se centrou em iniciativas no domínio da juventude, como a agenda positiva para a juventude dos Balcãs Ocidentais, lançada em 2015 no âmbito do processo de Brdo-Brijuni. O programa para 2017-2019 do Conselho de Cooperação Regional (CCR), que foi aprovado em junho de 2016, porá ainda mais a tónica nas questões essenciais como o Estado de direito, a governação económica e a reforma da administração pública, a fim de assegurar uma maior integração dos Balcãs Ocidentais e de outros membros do CCR. A UE continuará a apoiar as iniciativas e estruturas que reforcem a cooperação regional inclusiva na Europa do Sudeste e nos Balcãs Ocidentais.

A UE identificou os Balcãs Ocidentais como uma região prioritária para a ação externa na **luta contra o terrorismo**. O SEAE e os serviços da Comissão reforçarão a cooperação entre as agências da UE e as autoridades competentes dos Balcãs Ocidentais sobre a luta contra o terrorismo e contra o extremismo violento, centrando-se nos esforços de coordenação levados a cabo através da iniciativa de combate ao terrorismo dos Balcãs Ocidentais lançada pela Eslovénia. O SEAE, os serviços da Comissão e outras partes interessadas prepararão um projeto de assistência regional para 2017-2019 sobre o combate ao terrorismo, a criminalidade organizada e a segurança das fronteiras ao abrigo do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão.

Europa Ocidental

No que toca às relações da UE com a **Suíça**, 2016 é um ano crucial. Nos termos da Constituição Suíça, o Conselho Federal deve transpor o resultado do referendo popular de 9 de fevereiro de 2014 para a legislação de execução até fevereiro de 2017. Esta legislação corre o risco de ser incompatível com o Acordo UE-Suíça sobre a Livre Circulação de Pessoas. Terão de ser feitas escolhas estratégicas, tanto por parte da Suíça como da UE. A natureza da nossa relação global dependerá obviamente do resultado deste processo.

A estreita cooperação e os intercâmbios prosseguiram com a Suíça em áreas como o Cáucaso Meridional (Enviado Especial suíço da OSCE), o processo democrático no Norte de África, o processo de paz no Médio Oriente e o Irão. Apesar de não se ter celebrado nenhum acordo de alinhamento entre a UE e a Suíça, este país continuará provavelmente a alinhar-se de forma autónoma pelas posições e medidas da UE.

Existe entre a UE e a **Noruega** uma cooperação muito boa e muito próxima no domínio da política externa, nomeadamente sobre o Médio Oriente (a Noruega preside ao Comité Ad Hoc de Ligação), a Síria, a Rússia/Ucrânia e as questões relativas ao Ártico. A Noruega participa igualmente nas conversações de paz na Colômbia (cofacilitador juntamente com Cuba). A Noruega continuará a ser um parceiro fundamental nos domínios da segurança energética, da segurança, da migração, da luta contra as alterações climáticas, da resolução de crises, da ajuda ao desenvolvimento e da promoção dos direitos humanos.

As relações com os **pequenos Estados de Andorra, Mónaco e São Marinho** receberam um novo impulso com a abertura das negociações de um ou vários acordos de associação no início de 2015. No âmbito do processo de negociação, que será levado por diante ao longo de 2016, realizar-se-á um extenso exercício de análise do acervo pertinente da UE no domínio das quatro liberdades e debater-se-á o futuro quadro institucional das nossas relações.

Ásia Central

Na Ásia Central, a UE centra a sua atenção na promoção do desenvolvimento económico e da boa governação a fim de reforçar a estabilidade da região, em consonância com a **Estratégia da UE para a Ásia Central** adotada em junho de 2015. A UE, em cooperação com outros países e organizações ativas na região, procura também fomentar as sinergias, em particular com o Afeganistão. Para além do desenvolvimento económico e da boa governação, a UE esforça-se por promover a prossecução da cooperação no setor da educação, nas questões relativas à água e ao ambiente e no domínio do Estado de direito, bem como o reforço da proteção dos direitos humanos. Existe uma forte relação institucional já bem estabelecida, como demonstram o diálogo político e de segurança de alto nível de maio de 2016 e a reunião ministerial UE-Ásia Central, que terá lugar a 4 de outubro.

Importará assegurar o êxito da aplicação provisória e a ratificação do Acordo de Parceria e Cooperação Reforçado com o **Cazaquistão**. O **Quirguistão**, que terá eleições presidenciais em 2017, está em vias de conseguir uma transição democrática de poder bem sucedida, que servirá de exemplo relevante para toda a região. O **Usbequistão** está a entrar na era pós-Karimov e será importante que a UE desenvolva relações com os novos dirigentes do país mais povoado da Ásia Central. O **Tajiquistão** enfrenta numerosos desafios – desde uma economia em declínio até à tomada de medidas cada vez mais repressivas contra a oposição –, que precisam de ser cuidadosamente acompanhados. Há que reforçar os laços com o **Turquemenistão**, à luz, em particular, do potencial deste país como importante fornecedor de gás do Corredor Meridional de Gás.

Ártico

A atenção prestada ao **Ártico** a nível mundial aumentou consideravelmente, atendendo aos desafios e oportunidades resultantes das alterações climáticas, em termos de acesso a novas fontes de energia e minerais, e à abertura de novas rotas de navegação. Em abril de 2016, a AR e a Comissão apresentaram uma comunicação conjunta intitulada “Uma política integrada da União Europeia para o Ártico”, com que o Conselho se congratulou nas suas conclusões de 20 de junho de 2016. Esta política tem em conta os referidos desenvolvimentos recentes, bem como as aspirações socioeconómicas dos habitantes locais e a necessidade de o Ártico continuar a ser uma região de cooperação internacional construtiva.

MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA

Vizinhança Meridional

A estabilização da região em termos políticos, económicos e em matéria de segurança está no cerne da estratégia da UE. A UE iniciará uma nova fase de diálogo com os países da Vizinhança Meridional visando criar parcerias mais eficazes no âmbito da política europeia de vizinhança revista, com base no reforço da diferenciação e na coapropriação. A UE continuará igualmente a promover uma maior integração regional, em especial através de iniciativas no âmbito da União para o Mediterrâneo (UM), e a intensificar o diálogo com o mundo árabe, desenvolvendo o potencial de cooperação com organizações como a Liga dos Estados Árabes e a Organização da Cooperação Islâmica (OCI).

A UE está a intensificar o seu envolvimento com os países que estão a executar reformas políticas e económicas, como a Tunísia, a Jordânia e Marrocos. Tal traduzir-se-á num diálogo político reforçado, em assistência financeira significativa da UE (subvenções e empréstimos), no acordo sobre as prioridades da nossa parceria e nos progressos realizados em domínios de ação essenciais. Especificamente em matéria de segurança, e no seguimento das conclusões do Conselho e da declaração dos membros do Conselho Europeu de fevereiro de 2015, a UE iniciou diálogos sobre a luta contra o terrorismo com os parceiros, e a revisão da PEV propõe medidas para reforçar a resiliência dos parceiros contra as ameaças, tais como o combate à ameaça terrorista e a prevenção da radicalização, bem como o apoio à reforma do setor da segurança e a gestão das fronteiras. O diálogo continuará também a ser uma prioridade no domínio da gestão das migrações. A Jordânia e o Líbano receberão um apoio global sob a forma de pactos da UE pelo seu contributo essencial no acolhimento de quase 2 milhões de refugiados sírios².

A UE está empenhada na transição democrática da **Tunísia** e reforçará o seu apoio aos esforços do país para dar resposta aos desafios críticos que enfrenta e promover a estabilidade a longo prazo, a resiliência, a boa governação, o desenvolvimento socioeconómico e a segurança com base na comunicação conjunta apresentada pela Comissão e pela Alta Representante em setembro de 2016.

² Ver a comunicação relativa ao estabelecimento de um novo Quadro de Parceria.

Na **Líbia**, a UE apoia o Conselho Presidencial e o Governo de Consenso Nacional, estabelecidos na sequência da assinatura do Acordo Político da Líbia apoiado pela ONU e da adoção da Resolução 2259 do CSNU, em dezembro de 2015, no sentido de os auxiliar a por termo à atual crise política e de segurança. A UE mobilizou um pacote de cooperação – parte do qual já está a ser executado – no valor de 100 milhões de euros para apoiar o Governo de Consenso Nacional e o povo líbio.

A UE pretende intensificar o diálogo estratégico com **Marrocos**, nomeadamente em matéria de segurança, reformas democráticas e migração, com vista a ultrapassar os acontecimentos recentes e desenvolver todo o potencial da nossa parceria.

A **Argélia** demonstrou ser um parceiro de confiança no que respeita à segurança e à energia. Estão em curso as negociações sobre novas prioridades da parceria.

A UE está também a negociar prioridades na parceria com o **Egito**, com o qual as reformas democráticas, o desenvolvimento socioeconómico e os direitos humanos continuarão a ser uma parte central das nossas relações, tendo em consideração o papel fundamental do Egito na segurança regional, nomeadamente na luta contra o terrorismo.

Em conformidade com a revisão da PEV, as prioridades das parcerias com a **Jordânia** e com o **Líbano** estão também a ser negociadas.

Processo de Paz no Médio Oriente

No contexto do impasse no processo de paz no Médio Oriente, a UE, inclusive através do seu Representante Especial, intensificará o diálogo com as partes e os parceiros internacionais para criar uma nova dinâmica que conduza a negociações. A UE reafirma o seu firme empenhamento para com a solução assente na coexistência de dois Estados e as atuais políticas conexas, em conformidade com as sucessivas conclusões do Conselho, e reitera a sua preocupação face às crescentes ameaças a essa solução. A UE relembra que a implantação de colonatos é ilegal nos termos do direito internacional, constitui um obstáculo à paz e é suscetível de tornar inviável uma solução baseada na coexistência de dois Estados, e reitera a sua forte oposição à política israelita de colonatos e às medidas tomadas neste contexto, como as demolições e confiscos, inclusivamente de projetos financiados pela UE. A UE está profundamente preocupada com o facto de a continuação do ciclo de violência ter conduzido a uma grande perda de vidas humanas em Israel e nos territórios palestinianos. A UE condena firmemente os atentados terroristas e os atos de violência de todas as partes e em quaisquer circunstâncias, nomeadamente a morte de crianças.

Nos próximos meses, o diálogo no âmbito do Quarteto e com outros intervenientes na região e além dela será essencial para assegurar um quadro multilateral reforçado. A UE continuará a recordar a ambas as partes que devem levar a sério as recomendações do último relatório do Quarteto. Juntamente com outros parceiros internacionais e regionais, a UE está determinada a contribuir, de forma concreta e substancial, para um conjunto global de incentivos a favor da paz entre as partes, tendo em vista uma conferência internacional planeada para antes do final do ano. A UE volta também a propor um pacote sem precedentes de apoio político, económico e de segurança, a ser oferecido e desenvolvido com ambas as partes no contexto de um acordo sobre o estatuto definitivo.

Golfo/Levante

A UE procura estreitar a cooperação com os **Estados do Golfo** na resposta aos desafios da região (em especial no Iémen, na Síria/Iraque, no Corno de África) bem como no desenvolvimento de um quadro mais estruturado para a sua resposta a uma série de desafios comuns, nomeadamente no domínio da segurança, da luta contra o terrorismo, da luta contra a radicalização e da migração. O diálogo periódico sobre os direitos humanos na região permanecerá igualmente na agenda comum. Para o efeito, a UE continuará a desenvolver a sua importante relação com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG).

A UE continuará a executar a sua estratégia para a Síria, o Iraque e a ameaça do Daexe, em conformidade com as conclusões do Conselho adotadas em 23 de maio de 2016. A **Síria** continuará a ser uma prioridade fundamental para a UE, que está plenamente empenhada na aplicação da Resolução 2254 do Conselho de Segurança da ONU, nomeadamente no que se refere ao acesso humanitário, à cessação das hostilidades conducentes a um cessar-fogo e ao avanço da transição política. A UE manterá estes esforços e desempenhará o seu papel no apoio às conversações intra-sírias e ao desanuviamento das tensões regionais.

No que respeita ao **Iraque**, a UE dará um apoio reforçado ao governo iraquiano no seu esforço de realizar reformas cruciais para alcançar a reconciliação nacional e a consolidação de um sistema democrático baseado na governação inclusiva e no Estado de direito. A UE continuará a explorar meios de ajudar o governo federal do Iraque e o governo regional do Curdistão a recuperar a solidez económica e financeira. A UE centrar-se-á também na estabilização e na reconstrução das zonas libertadas do controlo do Daexe, em estreita coordenação com os parceiros internacionais.

A continuação da execução integral e com eficaz do Plano de Ação Conjunto Global (PACG) sobre o programa nuclear do **Irão** e da Resolução 2231 do Conselho de Segurança da ONU continuará a ser uma prioridade. A renovação das relações bilaterais com base na plena execução do PACG será essencial para inverter um hiato que se manteve durante uma década; a nossa estratégia de envolvimento gradual incluirá a cooperação nas questões económicas e comerciais e abrangerá questões regionais e relacionadas com os direitos humanos. A visita da AR/VP a Teerão em 16 de abril de 2016 lançou as bases para prosseguir este trabalho intenso.

A crise migratória na Europa pôs ainda mais em evidência a importância da intensificação do envolvimento da UE na região. Na sequência da Cimeira de Valeta sobre a migração, em novembro de 2015, está a ser prestado apoio adicional em matéria de migração aos países do Norte de África, em especial através do Fundo Fiduciário para África, e esse apoio poderá ser ainda aumentado. Além disso, a importante ajuda humanitária já prestada aos países na região será intensificada com base nos resultados da Conferência de Londres "Apoiar a Síria e a região" realizada em fevereiro de 2016, em que a UE se comprometeu a disponibilizar mais de 2,4 mil milhões de euros, para além dos contributos dos Estados-Membros, para 2016 e 2017 a fim de atenuar as consequências da crise para os países vizinhos do conflito sírio. No total, o compromisso da UE representa mais de dois terços da ajuda internacional. Tal inclui a ulitimação dos pactos da UE com o Líbano e a Jordânia que permitirão a estes países ter um acesso alargado a todo o conjunto de instrumentos da UE para estimular as suas economias, garantindo simultaneamente a proteção dos refugiados e o seu acesso aos serviços sociais e ao trabalho. Além disso, estão em curso dois programas regionais de desenvolvimento e proteção no Médio Oriente e no Norte de África, que prestam apoio aos países parceiros em matéria de gestão dos fluxos de refugiados.

As preocupações de segurança continuarão no topo das agendas políticas, determinando os trabalhos e as prioridades dos governos regionais em muitos países, frequentemente em detrimento da governação democrática, embora as condições políticas e sociais subjacentes à Primavera Árabe de há cinco anos ainda não tenham sido tratadas adequadamente. O pluralismo político continua sob pressão e tem mesmo diminuído em alguns países. As lacunas educativas continuam a ser elevadas e foram agravadas pela crise dos refugiados. O crescimento económico foi gravemente afetado pela descida do preço do petróleo.

O ano de 2016 será crucial para a região, dada a existências de importantes novas variáveis em jogo nas relações já complicadas e polarizadas entre diversos países. O impacto de uma eventual continuação da recente tendência de descida dos preços do petróleo, a crescente clivagem sectária e a nova dinâmica que pode resultar do levantamento das sanções internacionais contra o Irão terão de ser avaliados cuidadosamente.

AMÉRICAS

A parceria estratégica UE-EUA continua a ser vital para os desafios mundiais e em matéria de política externa, tais como o conflito na Ucrânia, a luta contra o Daexe e os esforços para assegurar a paz na Síria e na Líbia, a resposta ao desafio da migração e a execução do PACG com o Irão. A UE permanece plenamente empenhada na conclusão de uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (PTCI) com os EUA que seja ambiciosa, global, equilibrada e de elevado nível. A cooperação energética entre a UE e os EUA e o escudo de proteção da privacidade UE-EUA merecerão especial atenção. A plena reciprocidade de isenção de vistos para todos os cidadãos da UE que viajam para os EUA permanece uma importante prioridade. No domínio da segurança e da defesa, a UE e os EUA deverão ultimar o mais rapidamente possível as negociações sobre o Acordo de Aquisição e Prestação Mútua de Serviços. No domínio da segurança espacial, o Conselho iniciará este ano as negociações sobre o acesso dos EUA ao serviço público regulamentado Galileo (PRS).

O novo governo do **Canadá** demonstrou a sua disponibilidade para reforçar a sua cooperação, que é já muito boa, com a UE. Existe de facto a oportunidade de o fazer, nomeadamente através da assinatura e aplicação do Acordo de Parceria Estratégica (APE) e do Acordo Económico e Comercial Global (AECG). O objetivo da plena reciprocidade de isenção de vistos para todos os cidadãos da UE que viajam para o Canadá permanecerá uma importante prioridade para 2016. A UE contará igualmente com o empenhamento do Canadá na cooperação no âmbito da PCSD. Em junho realizou-se uma visita oficial da AR/VP e a próxima Cimeira UE-Canadá está prevista para 27 de outubro de 2016.

Em 2016, a UE continuará a trabalhar no sentido de valorizar o Acordo Global com o **México** a fim de atualizar o pilar comercial do acordo e reforçar o quadro do nosso diálogo bilateral sobre as questões mundiais (nomeadamente as alterações climáticas e a energia, a segurança alimentar, a economia e a segurança mundiais). As negociações formais sobre a valorização do acordo tiveram início em junho de 2016. Na **América Central**, a UE continuará a acompanhar de perto a situação na **Guatemala**. A eleição do novo governo em 2015 foi observada pela UE. A UE enviou uma missão de acompanhamento eleitoral para as **Honduras** com o objetivo de avaliar os progressos realizados em termos de reformas eleitorais na governação. Em ambos os países, a UE continuará a apoiar os esforços envidados a nível nacional para aplicar reformas e melhorar o Estado de direito e os direitos humanos. Relativamente à **Nicarágua**, a situação política e, em especial, o próximo processo eleitoral serão acompanhados; as relações da **Costa Rica** com o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e a evolução da crise migratória em Cuba são assuntos de interesse para a UE. A UE acompanhará com atenção as reações dos países em causa à estratégia externa da UE, recentemente lançada, para uma tributação efetiva.

A UE continuará a apoiar as estratégias regionais para melhorar a situação em matéria de segurança na América Central e nas Caraíbas. Nas **Caraíbas**, a UE e **Cuba** relançaram o diálogo político formal, foi acordada a criação de um diálogo sobre os direitos humanos e a UE e Cuba concluíram as negociações sobre um Acordo de Diálogo Político e Cooperação e prepararam-se para proceder à sua assinatura. O **Haiti** continuará a exigir um acompanhamento rigoroso do governo transitório durante o processo eleitoral que se anuncia complicado. Na **República Dominicana**, a regularização das pessoas de origem haitiana será acompanhada de perto. Por último, a UE apoia a missão da OEA de mediação do conflito fronteiriço entre o **Belize** e a **Guatemala**, incentivando simultaneamente iniciativas políticas de ambas as partes. Relativamente à **abordagem regional das Caraíbas**, com base na declaração conjunta UE-CARIFORUM, os principais temas de 2016 incluem, nomeadamente, reforçar o diálogo político UE-CARIFORUM e intensificar os esforços de aplicação da parceria estratégica conjunta UE-Caraíbas de 2012.

No que diz respeito à **América do Sul**, a UE redinamizará as negociações com o **MERCOSUL** no sentido de celebrar um acordo de associação; manterá a parceria estratégica com o **Brasil** e lançará iniciativas para aprofundar a parceria e a cooperação com a **Argentina**. A UE permanecerá vigilante em relação à situação instável na **Venezuela**. O processo de paz na **Colômbia** continuará a receber uma atenção especial. O apoio ao processo de paz na **Colômbia** continuará a merecer uma atenção especial, através do enviado especial da AR/VP, Eamon Gilmore, e da perspectiva de um Fundo Fiduciário da UE. No **Equador**, a UE acompanhará a aplicação do acordo comercial, que a UE espera entre em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017. No **Chile**, a UE continuará a colaborar no âmbito da gestão de crises da UE ("acordo-quadro de participação"). A UE reitera o seu empenho em continuar a trabalhar para um acordo de associação modernizado e ambicioso. As negociações sobre a modernização do acordo de associação UE-Chile poderão começar no futuro próximo. As relações com o **Paraguai** e o **Uruguai** centrar-se-ão na integração e na governação a nível económico. Relativamente ao **Peru**, terá de ser dado seguimento ao acordo de isenção de vistos e à missão de observação eleitoral. Em relação à **Bolívia**, será importante aprofundar a cooperação na luta contra a produção ilegal de drogas e nas políticas do governo para reformar o setor da justiça.

A UE continuará igualmente a dialogar com a Organização dos Estados Americanos e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A reunião ministerial UE-CELAC de outubro de 2016 deverá definir o enquadramento para a preparação da Cimeira UE-CELAC de 2017. Há interlocutores importantes na região com quem a UE coopera em domínios fundamentais, como os direitos humanos e o Estado de direito, as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável. Estes interlocutores dão igualmente uma dimensão continental às iniciativas estratégicas da UE. A UE saúda igualmente os progressos alcançados pela Aliança do Pacífico e está empenhada em aprofundar o diálogo com os seus membros.

ÁFRICA SUBSARIANA

O ano de 2016 é importante para as relações da UE com a África. O continente registou um aumento do crescimento e da prosperidade em algumas regiões. Simultaneamente, os desafios políticos persistem, muitas vezes agravados por outros fatores, em especial nos domínios da economia, da demografia e da segurança. Há dois aspetos que suscitam mais preocupações: i) a vulnerabilidade de muitos países face às ameaças à segurança colocadas pela radicalização, pelo extremismo violento e pelo terrorismo, desde o Sael, passando pela bacia do lago Chade, até ao Corno de África; ii) a estagnação dos progressos em termos de governação, mais visível na lenta evolução da democracia representativa, mas também nos domínios da segurança e da economia. A pobreza extrema e a insegurança alimentar continuam a ser um desafio para certas partes da África Subsariana.

Inevitavelmente, muito esforço será dedicado a fortalecer o nosso papel ativo nos esforços para resolver crises e conflitos. No Corno de África, a **Somália** enfrentará um teste fundamental – um processo eleitoral no final do ano – a fim de pôr em prática um sistema federal sustentável. No **Sudão**, a UE deverá apoiar os esforços no sentido de uma solução política holística e inclusiva. O governo transitório de união nacional do Sudão do Sul enfrenta grandes desafios políticos, económicos e humanitários no rescaldo da guerra civil, com grandes riscos de ressurgimento da violência; o empenhamento constante por parte da UE será fundamental para apoiar a aplicação integral do acordo de paz de 2015 e fazer face à deslocação das populações causada pelo conflito.

O Sael continuará a ser uma região com fragilidades. No **Mali**, a aplicação do acordo de paz assinado em junho de 2015 continua a ser lenta, levando à degradação da situação de segurança que afeta o norte e o centro do Mali. Por conseguinte, o Mali continua a constituir um problema na região. É necessário que os partidos malianos se empenhem mais na aplicação do acordo de paz. As preocupações relacionadas com a Líbia também se mantêm. O reforço da cooperação regional (G5) é acolhido com agrado e apoiado pela UE através dos nossos instrumentos financeiros e do diálogo político: a AR organizou um reunião com os países do G5 Sael em 17 de junho de 2016. A reação global à **crise do Lago Chade**, inclusive a luta contra o Boko Haram, deve ser mais efetiva e devem manter-se os esforços no sentido de uma ação regional mais coordenada.

Na África Central, após as recentes eleições presidenciais, o novo governo da **República Centro-Africana** (RCA) pode iniciar a reconstrução do país e das suas instituições, embora a situação geral permaneça frágil. No **Burundi**, a crise pôs à prova o compromisso internacional da "responsabilidade de proteger", dado que ainda existe o risco de serem cometidas atrocidades em massa e de deflagração do conflito na região, se não for apresentada uma solução política. A situação na **República Democrática do Congo** é crítica; todas as partes devem participar num processo inclusivo para garantir a proteção das liberdades fundamentais e abrir caminho à realização de eleições pacíficas, credíveis, inclusivas, transparentes e atempadas. A evolução da situação no **Gabão** continuará a ser analisada pela UE.

Neste contexto, **a segurança, o respeito pelos direitos humanos e a resiliência** tornar-se-ão ainda mais importantes na África Subsariana. Em fevereiro de 2016, a UA organizou uma conferência de doadores a fim de mobilizar recursos adicionais para a Task Force Conjunta Multinacional para combater o Boko Haram. Será prosseguida a renovação dos esforços na luta contra o extremismo. A UE necessita de melhorar as estratégias da luta contra a radicalização e as suas possíveis respostas em termos de políticas. Tal inclui reforçar a nossa PCSD e os meios de desenvolvimento de capacidades. Contudo, o apelo à existência de Estados "mais fortes" terá de ser integrado numa estratégia global de governação política adequada, que inclua o pleno respeito dos direitos fundamentais e do Estado de direito.

A **crise da migração** introduziu uma nova dimensão e novos intervenientes nas nossas relações com África. O regresso de milhares de migrantes irregulares coloca desafios para a UE. A UE centrar-se-á na resolução das causas profundas da migração para reduzir a migração irregular da África para a Europa. A UE pode fazer a diferença ao aplicar a agenda estabelecida na Cimeira de Valeta e incluir a migração – incluindo a readmissão — nas relações políticas globais, fazendo o melhor uso possível do Fundo Fiduciário de Emergência como um instrumento complementar. Os diálogos de alto nível por país, os pactos sobre a migração, os processos de Rabat e de Cartum e o seguimento da conferência de Valeta exigem todos a realização de trabalho sólido e integrado. Todos estes elementos serão acelerados com a aplicação da nova abordagem para as parcerias baseada na Comunicação da Comissão Europeia relativa ao estabelecimento de um novo Quadro de Parceria com os países terceiros ao abrigo da Agenda Europeia da Migração, em consonância com as conclusões do Conselho Europeu de junho de 2016.

A Etiópia, o Mali, o Níger, a Nigéria e o Senegal estão a ser identificados como países prioritários da nova abordagem avançada pela UE³.

A **solidez e credibilidade dos processos eleitorais** e o respeito dos limites constitucionais para o exercício de cargos voltam a estar em jogo em África, nomeadamente em vários países da África Central onde se realizarão eleições em 2016. Por conseguinte, 2016 será um ponto de viragem fundamental para a credibilidade do empenhamento de África na evolução democrática. A UE estará presente através das missões de observação eleitorais (MOE) e das missões de peritos eleitorais. O nosso diálogo político tornou-se mais tenso devido a processos contenciosos e teremos de reagir de um modo coerente com os princípios fundamentais, bem como no contexto de cada país. Os nossos esforços serão provavelmente mais eficazes no quadro de um esforço africano e internacional mais alargado. Esse esforço será uma prioridade devido ao risco de violência relacionada com as eleições.

O trabalho com a **União Africana** (UA) prossegue, tendo a última reunião "de colégio a colégio" com a atual Comissão da UA tido lugar em Adis Abeba em abril de 2016. O trabalho será desenvolvido no âmbito da preparação da Cimeira África-UE de 2017.

A UE continuará a basear-se na reunião ministerial realizada em junho com o G5 Sael; no diálogo ministerial de março com a Nigéria, em Bruxelas; na segunda cimeira regional sobre a segurança realizada em maio, em Abuja, e no diálogo ministerial com Angola, planeado para a segunda metade do ano em Bruxelas.

A UE continuará a reflexão estratégica sobre as relações UE-ACP após 2020, explorando várias opções para a futura forma do Acordo pós-Cotonu.

³ Ref. comunicação sobre a nova parceria em matéria de migração.

ÁSIA-PACÍFICO

As relações da UE com os países da Ásia e do Pacífico continuarão a ser aprofundadas, uma vez que essa região inclui quatro dos parceiros estratégicos da UE (China, Índia, Japão e República da Coreia), continua a registar taxas de crescimento sólidas, apesar do recente abrandamento, e defronta sérios desafios em termos de segurança e estabilidade que têm implicações diretas e indiretas para a UE. A UE continuará a ser um dos principais investidores e doadores de ajuda financeira ao desenvolvimento, terá um papel fundamental igualmente importante no desenvolvimento através do reforço das suas relações comerciais com a região e trabalhará para apoiar a estabilidade e a segurança da região.

A UE está a avançar nas negociações, com países de toda a região, de **acordos políticos, comerciais e em matéria de segurança** que visam apoiar os nossos objetivos de desenvolvimento sustentável, cooperação de base mais vasta e reforço do acesso ao mercado na região. O acordo de comércio livre com a Coreia do Sul será posto em prática. Foram rubricados diversos acordos e será prosseguido o processo de assinatura e aplicação: as negociações do acordo-quadro com a Austrália e a Nova Zelândia, as negociações do acordo de comércio livre com o Vietname e as negociações do acordo de cooperação em matéria de parceria e desenvolvimento com o Afeganistão. A UE continua plenamente empenhada em contribuir para a conclusão das negociações do acordo de parceria estratégica e do acordo de comércio livre com o Japão.

Após a conclusão das negociações dos acordos de comércio livre bilaterais com Singapura e o Vietname, a UE começou a trabalhar nos acordos de comércio livre bilaterais com as Filipinas e a Indonésia, tendo em vista o objetivo final de celebrar um acordo de comércio livre entre regiões com a ASEAN. A UE está a fazer um balanço, juntamente com a Malásia, para analisar as perspetivas de retomar as negociações de um acordo de comércio livre e tiveram início os preparativos para um acordo de comércio livre com a Austrália.

Em maio de 2016, os dirigentes da UE e do **Japão** avaliaram a progressão das negociações do acordo de parceria estratégica e do acordo de comércio livre, tendo acordado em prosseguir as negociações no sentido de alcançarem os acordos ambiciosos que ambos querem. Os dirigentes fizeram também notar que a UE e o Japão estão a reforçar a sua parceria em matéria de segurança. O Japão já está a prestar apoio concreto às missões de gestão de crises da União Europeia em África e ambas as partes realizaram vários exercícios conjuntos de luta contra a pirataria no Oceano Índico ocidental. Os dirigentes da UE manifestaram a esperança de que os desenvolvimentos futuros permitam uma plena participação do Japão nas missões de gestão de crises da UE.

Na Cimeira UE-**República da Coreia** de 2015, os dirigentes concordaram em continuar a investir nestas relações globais, mutuamente benéficas e orientadas para o futuro. Mais particularmente, os dirigentes aguardam com expectativa a conclusão da ratificação do acordo-quadro de participação que cria um quadro para as operações conjuntas de gestão de crises. A esse respeito, a UE congratulou-se com a intenção da República da Coreia de participar nos esforços da UE de luta contra a pirataria no Golfo de Aden, na Somália, através da operação UE Atalanta, tendo ficado entendido que a República da Coreia precisará da aprovação da Assembleia Nacional para esse fim.

Em junho, foi apresentada uma comunicação conjunta da Alta Representante e da Comissão sobre a **China**. Esta comunicação conjunta e as conclusões do Conselho de julho de 2016 constituem o quadro político para a relação da UE com a China nos próximos anos, visto identificarem as oportunidades de cooperação bilateral, nomeadamente no que respeita aos desafios mundiais e regionais. A relação da UE com a China seguirá determinados princípios e será prática e pragmática, mantendo-se fiel aos seus interesses e valores, nomeadamente o respeito das regras e normas internacionais e dos direitos humanos. Centra-se em três principais domínios prioritários: prosperidade e reforma; política externa e de segurança; governação mundial. A relação consolida uma abordagem ambiciosa para um dos nossos mais importantes parceiros estratégicos e estabelece uma agenda positiva de parceria, com uma gestão construtiva das diferenças. A Cimeira UE-China, realizada em Pequim em julho, constituiu uma oportunidade para a realização de debates estratégicos sobre assuntos de interesse comum.

A cimeira bilateral com a **Índia**, em março, relançou o relacionamento e incutiu um novo dinamismo na parceria estratégica, identificando as prioridades para os próximos anos e os interesses comuns em novas agendas para o emprego e o crescimento, nomeadamente o comércio, o investimento, a energia/tecnologia verdes, a água, a investigação e a educação.

A UE intensificará o diálogo com o **Afeganistão, o Bangladeche e o Paquistão**. Sendo estes países essenciais de origem e de trânsito das migrações, a UE permanecerá empenhada numa cooperação reforçada e mais eficaz com estes países, centrando-se na resolução das causas profundas da migração, nas readmissões e nos regressos.

No seu papel de interveniente mundial em matéria de segurança e facilitador da paz, a UE tem um compromisso a longo prazo com o **Afeganistão** e o seu povo. O compromisso de apoiar o processo de paz afegão será reforçado através da Conferência de Bruxelas sobre o Afeganistão, realizada em outubro, que permitirá à UE desempenhar um papel de liderança em termos diplomáticos, financeiros e técnicos na transformação do Afeganistão. Em 2 de outubro, foi acordado um "Caminho Conjunto" para as questões da migração entre o Afeganistão e a UE. O acordo garantirá um quadro abrangente de cooperação em matéria de regresso, readmissão e reintegração que beneficiará ambas as partes – a UE e os seus Estados-Membros e o Afeganistão. O diálogo com o **Paquistão** centrar-se-á nomeadamente num quadro para o aprofundamento das relações após o plano quinquenal de aproximação UE-Paquistão, que termina em junho de 2017. A UE espera uma execução plena e eficaz do acordo de readmissão.

A UE continuará a apoiar o **processo de paz de Mianmar/Birmânia** depois das eleições, capitalizando a confiança já estabelecida com o governo e os grupos étnicos e como um dos principais doadores na transição para a democracia. No seguimento de uma comunicação conjunta da Alta Representante e da Comissão, o Conselho congratulou-se com a definição de uma visão ambiciosa e virada para o futuro das relações da UE com Mianmar/Birmânia.

Na sequência dos sismos devastadores no **Nepal** em abril e maio de 2015, a UE continuará a participar ativamente no esforço de reconstrução com um contrato de apoio à construção do Estado no valor de 105 milhões de euros. Em simultâneo, a UE continua a apoiar a consolidação do processo de paz e a transição democrática do país.

Serão realizados investimentos especiais no desenvolvimento de relações estratégicas com a **Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)**. Com esse intuito, a comunicação conjunta sobre as relações com a ASEAN, aprovada pelo Conselho em 22 de junho de 2015, estabelece os programas e as políticas, incluindo programas de cooperação alargada e a designação de um embaixador da UE para a ASEAN, a fim de aprofundar as relações com este parceiro estratégico fundamental. Na reunião ministerial UE-ASEAN de outubro de 2016, foram aprovadas as orientações para um futuro plano de ação e um roteiro para melhorar o nível de parceria estratégica.

A 11.^a cimeira do **Encontro Ásia-Europa (ASEM)** realizou-se na Mongólia em julho de 2016. Comemorando os vinte anos de existência do ASEM, a cimeira constituiu uma oportunidade importante para promover o interesse da UE na promoção de uma cooperação mais aprofundada com a Ásia sobre questões de interesse comum.

A região continua a defrontar-se com vários **desafios**. A UE continuará a envidar esforços para promover soluções pacíficas e mecanismos de resolução de litígios baseados no direito internacional no que respeita aos litígios territoriais e marítimos no mar da China Meridional. As tensões podem aumentar por diversos motivos, nomeadamente devido ao quinto ensaio nuclear da República Popular Democrática da Coreia e a eventos conexos, às ameaças de intervenção militar, bem como à subsistência de litígios por questões territoriais e históricas. A UE procura estabelecer rapidamente diálogos com os países em causa, em especial mantendo contactos próximos e regulares, tendo em vista contribuir para a redução das tensões na região.

Continuarão a ser envidados esforços para aumentar a visibilidade e a presença da UE no **Pacífico**. Os contactos com o Fórum das Ilhas do Pacífico serão reforçados e será prosseguida a cooperação em questões preocupantes, como a redução do risco de catástrofes, a adaptação às alterações climáticas, as energias renováveis e a gestão das pescas.

A PCSD E A GESTÃO DE CRISES

MISSÕES E OPERAÇÕES

A PCSD continuou a ter um valioso impacto estratégico no contexto mais alargado da abordagem global da UE na Europa. Nos Balcãs Ocidentais, a operação militar EUFOR ALTHEA na Bósnia-Herzegovina, iniciada em 2004, continua a apoiar os esforços da Bósnia-Herzegovina para manter um ambiente seguro e leva a cabo ações de reforço das capacidades e de formação das forças armadas daquele país, a fim de contribuir para a estabilidade. A EULEX Kosovo, criada em 2008, centra-se na prestação de assistência e apoio às autoridades do Kosovo em matéria de Estado de direito, no acompanhamento, orientação e aconselhamento das autoridades nacionais nos domínios da polícia, da organização judiciária e das alfândegas, conservando responsabilidades executivas em determinadas áreas de competência. Na Vizinhança Oriental da UE, a Missão de Observação da União Europeia na Geórgia (EUMM), também lançada em 2008, realiza o acompanhamento civil das ações das partes e a análise da situação do processo de estabilização, centrando-se no pleno respeito pelo Acordo de Seis Pontos e nas medidas de aplicação subsequentes em toda a Geórgia, nomeadamente na Ossétia do Sul e na Abcásia. A Missão de Aconselhamento da União Europeia na Ucrânia (EUAM) é uma missão não executiva, que iniciou atividades em 2014 e tem por objetivo ajudar as autoridades ucranianas a desenvolver uma reforma sustentável do setor da segurança civil graças à prestação de aconselhamento estratégico e apoio prático. Todas estas medidas e atividades têm por base as normas da UE e os princípios internacionais da boa governação e dos direitos humanos. Após uma revisão estratégica, as atividades das missões foram reforçadas para aumentar o seu impacto.

No Magrebe e no Mediterrâneo, foram intensificados os esforços para tirar partido do efeito produzido pela operação militar da União Europeia na zona sul do Mediterrâneo central (Operação EUNAVFOR MED SOPHIA), com um mandato reforçado, que vai além do desmantelamento do modelo de negócio das redes de introdução clandestina de migrantes e de tráfico de seres humanos na zona sul do Mediterrâneo central, abarcando agora tarefas de apoio: – formação da guarda costeira e da marinha líbias; – contribuir para a aplicação do embargo às armas no alto mar ao largo da costa da Líbia (com base na Resolução 2240 do Conselho de Segurança da ONU). Além disso, está a avançar a bom ritmo o planeamento operacional da Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia), que visa prestar um apoio e uma assistência reforçados às instituições líbias para que restabeleçam uma posição em Trípoli, assim que as condições políticas e de segurança o permitam.

No Médio Oriente, a Missão de Polícia da União Europeia para os Territórios Palestínianos (EUPOL COPPS) continua a dar apoio à Autoridade Palestiniana a nível do reforço das instituições de um futuro Estado da Palestina nos domínios da polícia e da justiça penal, tendo sido concedida uma prorrogação do seu atual mandato por mais um ano, a contar de julho de 2016, assim como ao mandato da Missão de Assistência Fronteiriça da União Europeia para o Posto de Passagem de Rafa (EUBAM Rafa), atualmente baseada em Telavive, com uma capacidade operacional de reserva para assegurar uma presença de terceiros no Posto de Passagem de Rafa no âmbito do Acordo sobre Circulação e Acesso de 2005 ("Acordo ACA"). Esta missão faz parte das medidas de criação de um clima de confiança entre o Governo de Israel e a Autoridade Palestiniana.

Em África, estão a avançar os esforços para congregar o impacto das missões e operações da PCSD atualmente no terreno, estando também em curso o planeamento do conceito de regionalização. As operações e missões da PCSD abrangem um amplo leque de atividades e competências; existem nos mares ao largo do Corno de África operações militares (operação ATALANTA) que combatem a pirataria com grande sucesso, e, em terra, marca presença a missão de formação na Somália (EUTM Somália), sediada em Mogadixo, que reforça as capacidades do exército nacional da Somália. A Missão da União Europeia de Reforço das Capacidades Navais Regionais no Corno de África (EUCAP NESTOR) (que será em breve relançada, com a nova designação de EUCAP Somália, em dezembro de 2016) é uma missão civil destinada a contribuir para a capacidade dos serviços civis de polícia marítima da Somália para combaterem a pirataria e realizarem funções normais de guarda costeira, como o controlo/aplicação da lei no domínio das pescas, a busca e salvamento e a luta contra o contrabando em terra e no mar. A PCSD desempenha um papel nos esforços da UE para combater a migração irregular na fonte e nos países de trânsito na região do Sael. A estabilidade na região do Sael é reforçada por missões da PCSD no Mali e no Níger (EUCAP Sael Mali, EUTM Mali, EUCAP Sael Níger), em estreita cooperação com os governos dos países de acolhimento. O reforço da cooperação na região, nomeadamente com base em esforços desenvolvidos no quadro da PCSD, por exemplo, em termos de formação e de criação de capacidades, vai de par com o reforço da coordenação entre as missões da PCSD na região do Sael e outros instrumentos da UE, bem como com projetos dos Estados-Membros na região, em especial no âmbito da iniciativa "Desenvolver as capacidades para promover a segurança e o desenvolvimento" (CBSD). Na África Central, a Missão de Aconselhamento e Assistência da União Europeia em matéria de Reforma do Setor da Segurança na República Democrática do Congo (EUSEC RDC) terminou em junho, após mais de dez anos de apoio prático à reforma do setor da segurança por meio de aconselhamento e de assistência às autoridades congolosas. Na República Centro-Africana, a Missão de Aconselhamento Militar PCSD da União Europeia na República Centro-Africana (EUMAM RCA), que foi lançada na primavera de 2015, foi substituída pela Missão PCSD de Formação Militar da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM RCA), em 16 de julho de 2016, o que demonstra o forte empenho da UE em restabelecer a paz e a estabilidade no país.

No Afeganistão, a missão civil EUPOL Afeganistão encerrará em 31 de dezembro de 2016. Todavia, a UE continuará empenhada em apoiar o setor da segurança civil através de um apoio financeiro (320 milhões de euros por ano, principalmente para o Fundo Fiduciário para a Ordem Pública no Afeganistão (LOTFA), até 2020), e de apoio político e diplomático.

AMEAÇAS HÍBRIDAS

Na sequência do mandato do Conselho dos Negócios Estrangeiros (CNE) de maio de 2015, a Comissão e a AR adotaram, em 6 de abril de 2016, a comunicação conjunta intitulada "Quadro comum em matéria de luta contra as ameaças híbridas". Esta comunicação conjunta formula cerca de 22 propostas suscetíveis de ser concretizadas. Essas propostas incidem sobre quatro domínios principais:

- 1) Melhorar o conhecimento da situação (no cerne desta iniciativa está uma célula de fusão da UE contra as ameaças híbridas);
- 2) Desenvolver a resiliência, nomeadamente proteger as infraestruturas críticas, a fim de proteger a UE e os seus parceiros de ataques híbridos;
- 3) Reagir e recuperar das crises;
- 4) Intensificar a cooperação com a OTAN.

O Conselho congratulou-se com esta comunicação conjunta. As ações propostas serão postas em prática conjuntamente ao longo dos próximos meses, no devido respeito pelos procedimentos e competências respetivos dos Estados-Membros, da Comissão e da Alta Representante: a) a célula de fusão da UE contra as ameaças híbridas foi criada e atingiu já uma capacidade operacional inicial; b) um dos Estados-Membros procedeu a um estudo exploratório e está a ponderar seriamente a possibilidade de criar um centro de excelência europeu multinacional para realizar atividades de investigação, ações de formação e exercícios; c) de acordo com a declaração conjunta dos dirigentes das instituições da UE e da OTAN, e respeitando os princípios da inclusividade e da autonomia de decisão de cada uma das organizações, os serviços intensificaram a cooperação e a coordenação com a OTAN em domínios essenciais como os do conhecimento da situação, da cibersegurança, da prevenção e reação às situações de crise e da comunicação estratégica; d) os serviços do SEAE e da Comissão publicaram um protocolo operacional conjunto da UE contra as ameaças híbridas, a fim de assegurar a emissão de alertas adequados ao Mecanismo Integrado da UE de Resposta Política a Situações de Crise (IPCR) e aos outros mecanismos da UE de resposta a situações de crise; e) os serviços do SEAE e da Comissão deverão apresentar até julho de 2017 um relatório de avaliação dos progressos registados.

PARCERIAS NO ÂMBITO DA PCSD

A parceria da UE com **países terceiros e organizações regionais e internacionais** no domínio da segurança, da defesa e da gestão de crises tem vindo a ser constantemente desenvolvida ao longo de 2016 como forma de apoiar a expansão do papel mundial da UE enquanto interveniente no domínio da segurança e da defesa e as suas atividades operacionais no domínio da PCSD. Em matéria de **cooperação UE-OTAN**, e na sequência do Conselho Europeu de junho e da Cimeira da OTAN realizada em Varsóvia no mês de julho, nomeadamente da declaração conjunta dos dirigentes das instituições da UE e da OTAN, a UE analisará o modo como poderá demonstrar a sua **contínua e ampla cooperação**, traduzindo a vontade dos Estados-Membros da UE e dos países da OTAN de levar esta parceria ainda mais longe (no teatro de operações, no desenvolvimento digital, marítimo e de capacidades) e de preparar o terreno para o reforço da nossa parceria, nomeadamente nos seguintes domínios: ameaças híbridas e apoio ao desenvolvimento das capacidades dos nossos parceiros a leste e a sul, num espírito de inteira abertura e respeitando plenamente a autonomia de decisão e os procedimentos próprios de ambas as organizações, com base no princípio da inclusividade e sem prejuízo da especificidade da política de segurança e defesa de qualquer dos Estados-Membros.

A UE procurará continuar a reforçar a cooperação com as **Nações Unidas** em matéria de gestão de crises e manutenção da paz, recorrendo, inclusivamente, à PCSD para complementar os esforços de manutenção da paz das Nações Unidas. O Comité Diretor UE-ONU dará seguimento às ações concretas relativas, nomeadamente, à cooperação na região do Sael, na República Centro-Africana, no Corno de África e na Líbia.

Os **países terceiros nossos parceiros** continuam a **apoiar ativamente as atividades operacionais da PCSD**, em paralelo com a realização de **consultas regulares sobre a PCSD e a formação**. Em janeiro de 2016, havia 11 países parceiros com um total de 350 elementos e tropas destacadas em oito missões e operações no âmbito da PCSD, tendo também sido concluídos vários novos **acordos-quadro de participação**.

A revisão da **PEV** (comunicação conjunta sobre a revisão da PEV, 18 de novembro de 2015, conclusões do Conselho de 14 de dezembro de 2015) veio realçar a importância de que se revestem as questões de segurança no âmbito do trabalho com os parceiros da UE. Com a implementação da dimensão de segurança da PEV, persiste o objetivo de ajudar os países parceiros, garantindo que se tornem mais resilientes às ameaças à segurança e passem a estar mais bem preparados para prevenir e dar resposta às situações de conflito e de crise, estabilizando, assim, a vizinhança da UE. Este objetivo é consentâneo com a orientação traçada na Estratégia Global da UE. Há várias outras vertentes do trabalho da UE (reforço das capacidades para promover a segurança e o desenvolvimento (CBSD), reforma do setor da segurança (RSS), cooperação na luta contra as ameaças híbridas e em matéria de segurança marítima) com potencial para reforçar as parcerias da UE no domínio da PCSD no quadro de uma abordagem global, a par de outros instrumentos.

Em matéria de **direitos humanos e de igualdade de género no quadro da PCSD**, que são para nós uma prioridade, o principal destaque continua a ir para o desenvolvimento e a realização do estudo de base sobre a integração dos direitos humanos e das questões de género na PCSD (conclusões do Conselho, 18 de maio de 2015). Este estudo consiste num balanço para determinar em que fase estamos dos nossos esforços para fazer dos direitos humanos e da igualdade de género parte integrante da PCSD. Em conformidade com o novo Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia, serão também tomadas novas medidas no que toca à aplicação do código de conduta e disciplina do pessoal nas missões e operações da PCSD.

CAPACIDADES DE DEFESA/COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA

Em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu de dezembro de 2013 e junho de 2015, a UE continuará a incentivar e a facilitar uma maior cooperação europeia no domínio da defesa para garantir que a Europa tenha à sua disposição capacidades militares fundamentais. Tal como se afirma na Estratégia Global da UE, os europeus têm de ser capazes de proteger a Europa, responder a crises externas e prestar assistência ao desenvolvimento das capacidades de segurança e defesa dos nossos parceiros, desempenhando essas funções em cooperação com outros parceiros.

O desenvolvimento das capacidades da UE deve concentrar-se nos elementos catalisadores decisivos e nas falhas críticas, com maior destaque para os projetos executados em colaboração, recorrendo ao apoio da Agência Europeia de Defesa. Prosseguirão os trabalhos referentes à consolidação dos quatro maiores programas europeus aprovados pelo Conselho Europeu em 2013 (reabastecimento em voo, sistemas de aeronaves telepiloadas, comunicações governamentais por satélite e domínio cibernético), bem como a potenciais novos projetos. Por motivos de facilidade de utilização, é importante garantir que o desenvolvimento de capacidades se concentre na produção efetiva, ou seja, nas capacidades que os Estados-Membros estão dispostos a adquirir tendo em vista a sua eventual projeção no terreno.

Paralelamente, continuarão a ser prosseguidos os esforços para promover uma cooperação europeia mais sistemática e a mais longo prazo no domínio da defesa. Esperam-se mais avanços, nomeadamente graças ao trabalho desenvolvido pela AED (inclusive na aplicação do quadro estratégico específico com vista à elaboração, em 2017, de um relatório completo sobre a sua aplicação e no aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento de capacidades da UE), bem como à iniciativa da Comissão com vista à elaboração de um Plano de ação europeu no domínio da defesa. Estas iniciativas permitirão à UE responder aos diferentes desafios identificados na sua Estratégia Global e satisfazer as correspondentes necessidades e prioridades em matéria de capacidades de defesa.

Em especial, o Plano de ação europeu no domínio da defesa, a adotar em 2016, deverá ajudar a estimular a investigação e a tecnologia no domínio da defesa, a fim de reforçar a base industrial e tecnológica da defesa europeia e preparar as capacidades do futuro. A este respeito, será elemento fundamental dessa empresa a ação preparatória para a investigação na área da defesa, que deverá abrir caminho a um eventual programa específico financiado pela UE; outras áreas que entram em linha de conta são a política industrial/mercado interno, a segurança do aprovisionamento e os incentivos.

Por último, prosseguirão os trabalhos com a OTAN, com o objetivo de manter a coerência do desenvolvimento das capacidades militares em que as necessidades se sobrepõem e de reforçar a complementaridade neste domínio. É necessária uma interação estreita entre a UE e a OTAN no que se refere tanto aos projetos a executar em colaboração como aos processos de trabalho.

SEGURANÇA INTERNACIONAL

A UE continuará a desenvolver a dimensão externa da política europeia de segurança e a contribuir para a coerência política entre a segurança interna e a segurança externa da União. Foi adotada e será implementada toda uma série de documentos estratégicos com implicações em matéria de política de segurança, como a comunicação conjunta intitulada "Elementos para um quadro estratégico à escala da UE para apoiar a reforma do setor da segurança (RSS)" e o "Quadro comum em matéria de luta contra as ameaças híbridas", a fim de reforçar a complementaridade e a eficácia dos instrumentos de ação externa da UE. Com esse objetivo, a UE tomará também novas iniciativas para intensificar a colaboração com países parceiros na criação de capacidades de apoio à segurança e ao desenvolvimento. Aguarda-se que as comunicações relativas ao "Plano de Ação Europeu no domínio da Defesa" e à "Estratégia Espacial" sejam adotadas até ao final de 2016. A implementação da revisão da PEV e os preparativos para a revisão intercalar de 2017 do Instrumento para a Estabilidade e a Paz (IEP) constituirão uma oportunidade para reforçar a tomada em conta das prioridades em matéria de política de segurança e prevenção de conflitos. Estão em curso trabalhos para aumentar a ciber-resiliência das missões da PCSD e reforçar a ciberdiplomacia da UE. Serão perseguidos os objetivos do multilateralismo marítimo e do aumento das capacidades marítimas no domínio da segurança e da defesa. O sistema de alerta rápido para conflitos da UE será ativado duas vezes em 2016 e os resultados serão integrados em prioridades de ação preventiva precoce. Como parte da abordagem global, a análise conjunta dos conflitos e das situações de crise continuará a servir de apoio à formulação e à revisão da abordagem estratégica da UE no que respeita às situações de conflito e de fragilidade. Os serviços da Comissão e o SEAE continuarão a pôr em prática o empenhamento político da União no sentido de estabelecer e promover o recurso à mediação como primeiro instrumento de resposta a situações de crise (declaradas ou emergentes). A este respeito, a UE continua a apoiar certos processos de paz específicos, nomeadamente na Líbia e na Síria, e a acompanhar a situação, designadamente na Colômbia e em Mianmar/Birmânia.

A UE dará continuidade às suas políticas que visam o reforço da arquitetura mundial em matéria de desarmamento e dos regimes multilaterais de não-proliferação. Serão, nomeadamente, prosseguidos os esforços diplomáticos no sentido de estabelecer uma zona livre de armas de destruição maciça no Médio Oriente. A ameaça representada pelas armas ligeiras e de pequeno calibre continuará a ser alvo de atenção por meio da cooperação internacional e do apoio a projetos concretos em países terceiros. Para o segundo semestre de 2016 serão prioridades a preparação da conferência de revisão da Convenção sobre as Armas Biológicas e Toxínicas e a revisão global da resolução do Conselho de Segurança da ONU 1540(2004). A UE e os Estados-Membros têm um compromisso de longa data com a Convenção sobre Certas Armas Convencionais e aguardam com expectativa a quinta conferência de revisão, em dezembro de 2016, para dar um impulso renovado a este importante instrumento. A UE apoiará igualmente os esforços desenvolvidos a nível internacional para reforçar a segurança no espaço exterior.

A UE continuará a desenvolver atividades no sentido de reforçar a sua resposta ao terrorismo internacional através da cooperação multilateral, do diálogo político e do apoio concreto a países terceiros. No âmbito deste trabalho será assegurada a necessária coerência entre as políticas interna e externa. A UE apoia o plano de ação para a prevenção do extremismo violento, apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas no início de 2016, assim como o trabalho desenvolvido para integrar a luta contra o extremismo violento nos esforços de luta contra o terrorismo e outros com eles relacionados, nomeadamente em matéria de comunicação estratégica, radicalização e combatentes terroristas estrangeiros. Na sequência das conclusões do Conselho e da declaração dos membros do Conselho Europeu de fevereiro de 2015, os esforços continuam a incidir primordialmente sobre a vizinhança imediata da UE: os países do Médio Oriente e Norte de África (MENA), a Turquia e os Balcãs Ocidentais, sem esquecer o resto do mundo árabe, o Sael e o Corno de África, bem como a Europa Central e a Ásia do Sudeste. Entre os principais objetivos a alcançar contam-se: a manutenção de um estreito contacto com os países prioritários por meio de diálogos políticos bilaterais de alto nível em matéria de luta contra o terrorismo, a finalização de planos de ação em matéria de luta contra o terrorismo com estes países, em particular o Líbano, a Jordânia, a Tunísia e a Turquia e, nessa base, o reforço do apoio da UE através de projetos concretos, o alargamento da rede de peritos da UE para a luta antiterrorista ao Sael e aos Balcãs Ocidentais, a realização de seminários de alto nível sobre o combate ao extremismo violento e a juventude e a concentração da ação preventiva nas prioridades de prevenção dos conflitos e do extremismo violento identificadas através do sistema de alerta precoce da UE.

O SEAE continuará a apoiar a Alta Representante na execução do plano de ação conjunto global (PACG), que tem por objetivo que o programa nuclear do Irão seja utilizado para fins puramente pacíficos.

A Alta Representante continuará a propor medidas restritivas novas ou ajustadas, nomeadamente medidas autónomas, como resposta à evolução internacional em termos políticos e de segurança e no quadro da PESC da UE. Entre os domínios essenciais podem contar-se a luta contra o terrorismo, a Rússia/Ucrânia, a Síria, a RPDC e a Líbia. A Alta Representante apresentará igualmente as necessárias propostas de decisões PESC e, juntamente com a Comissão, proporá os regulamentos necessários para transpor as medidas da ONU o mais rapidamente possível, a fim de permitir uma aplicação uniforme nos Estados-Membros da UE.

QUESTÕES MUNDIAIS

A execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável constitui uma oportunidade para reforçar a correlação entre segurança e desenvolvimento, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável uma oportunidade para estimular a coerência entre as dimensões interna e externa das políticas da UE.

DIREITOS HUMANOS

No contexto de uma crise migratória sem precedentes, de contínuos conflitos em vários países, nomeadamente na vizinhança da UE, bem como do aumento da intimidação e dos ataques a defensores dos direitos humanos e à sociedade civil, 2016 constitui para a União Europeia um ano de extraordinários desafios em matéria de direitos humanos. Estes desafios exigem esforços determinados da UE para defender as normas relativas aos direitos humanos e o princípio da não discriminação, proteger a população civil, promover e defender os direitos das mulheres e das raparigas e apoiar os defensores dos direitos humanos, reforçando simultaneamente a sociedade civil. Para reforçar a sensibilização para os desafios em matéria de direitos humanos no mundo e para debater as prioridades relativas aos direitos humanos da política externa da UE, a AR lançou, em março de 2016, a iniciativa #EU4HumanRights com a participação concreta das instituições da UE e dos Estados-Membros. Em junho de 2016, as conclusões do Conselho reafirmaram o forte apoio aos princípios orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos e manifestaram um apoio total ao trabalho valioso do grupo de trabalho das Nações Unidas sobre as empresas e os direitos humanos.

Em julho de 2015, os ministros dos negócios estrangeiros da UE adotaram o novo Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia, que define as prioridades da UE para os próximos cinco anos. O plano de ação assegura a continuidade da execução do Quadro Estratégico de 2012 para os Direitos Humanos e a Democracia e serve de orientação para as atividades da UE em matéria de direitos humanos em 2016 e nos anos seguintes. Visa também uma melhor resposta aos problemas através de medidas específicas e da utilização sistemática e coordenada de todos os instrumentos da UE, nomeadamente as orientações, guias práticos e outras posições acordadas, e dos vários instrumentos de financiamento da ação externa, em particular o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH).

A nível multilateral, a UE continuará a defender ativamente a promoção e proteção universais dos direitos humanos, canalizando em especial os seus esforços através da Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Em 2016, a UE promoverá as suas prioridades temáticas por meio de resoluções, a apresentar na Assembleia Geral da ONU no outono de 2016, que se centrarão numa moratória sobre a pena de morte, nos direitos da criança e na liberdade de religião ou crença, e ainda de resoluções centradas em certos países. A UE defende firmemente uma abordagem baseada nos direitos humanos para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável adotados no quadro da Agenda 2030 em setembro de 2015. A execução da Agenda 2030 foi já iniciada e a UE manterá o seu apoio à abordagem baseada nos direitos humanos em 2016.

A UE não deixará de exercer pressão sobre os governos dos países parceiros para que respeitem o princípio da liberdade de associação e protejam os defensores dos direitos humanos, nomeadamente em declarações públicas. Os diplomatas da UE e dos Estados-Membros continuarão, sempre que necessário, a acompanhar julgamentos e a visitar ativistas detidos em dezenas de países.

O apoio ao espaço da sociedade civil e aos defensores dos direitos humanos continuará a ser uma das prioridades fundamentais da UE em 2016. A UE apoiará resoluções sobre o espaço da sociedade civil e os defensores dos direitos humanos no Conselho dos Direitos Humanos e na Assembleia Geral da ONU e continuará a recorrer aos seus instrumentos financeiros, incluindo o Fundo de Emergência do IEDDH, para apoiar os defensores dos direitos humanos em risco. O novo mecanismo para os defensores dos direitos humanos, financiado pelo IEDDH, intitulado "ProtectDefenders.eu", que foi lançado no outono de 2015, deverá prestar um contributo importante em 2016.

O quadro estratégico da UE para o apoio à justiça transicional, adotado pelo Conselho em novembro de 2015, continuará a ser implementado de molde a reforçar a coerência da ação da UE neste domínio e a dar orientações ao pessoal da UE e dos Estados-Membros. Neste contexto, a UE reitera a sua firme política de apoio do Tribunal Penal Internacional.

A proteção, o cumprimento e o gozo dos direitos humanos por parte das mulheres e das raparigas, bem como a luta contra a violência de género, permaneceram uma prioridade na agenda da UE. Após a análise de alto nível da Agenda Mundial para as Mulheres, a Paz e a Segurança, realizada em 2015, em 2016 a ação da UE concentrar-se-á, nomeadamente, num maior esforço para aumentar a participação das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, na prevenção e resposta à violência sexual e com base no género em situações de conflito e na integração da dimensão de género na luta contra novas ameaças, como o terrorismo e o extremismo violento.

MIGRAÇÃO

A migração continuará a fazer parte integrante da política externa global da UE, havendo que intensificar esforços para honrar o compromisso assumido no sentido de se adotar uma abordagem abrangente e geograficamente equilibrada assente na Agenda Europeia da Migração. Prosseguirá a execução da declaração conjunta com a Turquia e a UE apoiará os países dos Balcãs Ocidentais. Os fluxos que se registam no Mediterrâneo central têm de ser reduzidos para salvar vidas e dismantelar o modelo de negócio dos passadores. A UE prosseguirá a sua colaboração com vários parceiros fundamentais em África e na Ásia. Ao mesmo tempo, continuará a prestar assistência aos Estados-Membros da primeira linha e a ajudá-los a assegurar o controlo das fronteiras externas e a evitar fluxos de migração descontrolados. A UE colaborará com outros parceiros no sentido de pôr em prática o quadro de parceria com vista a uma melhor gestão da migração, à redução dos fluxos de migração irregular e ao aumento dos regressos. A nossa abordagem tem por objetivo combater as causas profundas da migração irregular e das deslocações forçadas, construindo parcerias sólidas com os países terceiros de origem, de trânsito e de acolhimento e fazendo pleno uso das políticas, processos e programas vigentes.

A UE relembra a necessidade de reforçar o controlo das fronteiras externas da UE para cumprir os objetivos em matéria de migração e segurança, em conformidade com as conclusões dos Conselhos Europeus de outubro de 2015 e junho de 2016.

A UE reconhece também as especificidades das fronteiras marítimas, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu de fevereiro de 2016.

Os diálogos de alto nível com os países de origem e de trânsito têm sido um instrumento importante com vista a uma maior integração nos diálogos políticos globais de uma cooperação coerente e abrangente no domínio da migração, nomeadamente no que toca ao regresso/readmissão e aos aspetos de segurança. Estes diálogos serão agora alargados e aprofundados graças à implementação de parcerias mais sólidas, entre outras coisas, com os principais países de origem e de trânsito identificadas na comunicação sobre um novo quadro de parceria, adotada pela Comissão em 7 de junho de 2016, em consonância com as conclusões do Conselho Europeu de junho de 2016, isto a par do desenvolvimento de uma cooperação regional mais alargada ao abrigo de instrumentos como os processos de Cartum e de Rabat, o Processo de Praga e o Processo de Budapeste/Parceria das Rotas da Seda. Estes esforços serão sustentados por uma utilização mais estratégica de recursos ao abrigo do Fundo Fiduciário de Emergência da União Europeia a favor de África e pelo estabelecimento de um plano de investimento externo ambicioso para fazer face às causas profundas da migração e contribuir para a concretização de outros objetivos de desenvolvimento.

Do mesmo modo, no âmbito da execução do Plano de Ação de Valeta (adotado na Cimeira de 11 e 12 de novembro de 2015), a UE assegurará o acompanhamento das suas cinco vertentes, incluindo o regresso, a readmissão e a reintegração, sem esquecer os aspetos de segurança. A UE assegurará também um acompanhamento apropriado das principais medidas enunciadas na declaração adotada na Conferência de Alto Nível sobre a Rota do Mediterrâneo Oriental e dos Balcãs Ocidentais (8 de outubro de 2015).

A UE continuará a colaborar com os seus parceiros do sul no Norte de África, no Sael e no Corno de África, a fim de dismantelar o modelo de negócio dos passadores e reforçar a capacidade de gestão das fronteiras, nomeadamente através de missões e operações da PCSD.

A Cimeira da Assembleia-Geral da ONU sobre os fluxos de refugiados e migrantes, em setembro de 2016, destacou o facto de este problema não ser europeu, mas sim um importante desafio à escala mundial, e garantiu um firme compromisso por parte da comunidade internacional, cimentando a ideia de que a resolução do atual problema é uma responsabilidade mundial. O seguimento da cimeira e o desenvolvimento dos dois pactos serão fundamentais.

A UE manterá uma vigilância extrema no que diz respeito a eventuais novas rotas de migração irregular e tomará as medidas que possam ser necessárias para esse fim. O repentino recurso a itinerários alternativos na sequência do encerramento de facto da rota dos Balcãs Ocidentais levará a uma rápida reorientação da ação da UE.

A UE continuará empenhada em garantir a segurança e a proteção dos direitos humanos de todos os migrantes e refugiados, em particular das mulheres e crianças migrantes, que são em cada vez maior número. A Agenda Europeia da Migração, adotada em maio de 2015 pela Comissão, conferiu prioridade ao respeito pelos direitos humanos em todos os domínios de ação. A importância de defender os direitos humanos dos migrantes foi sublinhada pelos líderes africanos e europeus na Cimeira de Valeta. Na Conferência de Alto Nível sobre a Rota do Mediterrâneo Oriental e dos Balcãs Ocidentais reafirmou-se o compromisso de respeitar a dignidade dos migrantes e dos refugiados. Em 2016, a UE tomará novas medidas para proteger os refugiados e os migrantes nos países vizinhos, apoiar as comunidades de acolhimento e garantir a conformidade da sua ação externa no domínio da migração com o direito internacional em matéria de direitos humanos e de refugiados, incluindo o princípio da não repulsão. Esta ação será ainda reforçada na execução do novo Quadro de Parceria, sob a orientação da AR/VP.

OBSERVAÇÃO ELEITORAL E DEMOCRACIA

A democracia está sob pressão a nível mundial e o espaço para a sociedade civil está a diminuir. A UE tem um papel importante a desempenhar na promoção e apoio às instituições, organizações e intervenientes em ambientes cada vez mais repressivos.

A UE é hoje um agente fundamental no apoio à democracia, em parte graças à credibilidade das suas missões de observação eleitoral, que obedecem a normas elevadas de integridade e independência, em conformidade com a Declaração de Princípios para a Observação Internacional de Eleições. A UE reafirmou o seu compromisso de respeitar a declaração de princípios no contexto do Plano de Ação de 2015 para os Direitos Humanos e a Democracia.

As recomendações das missões de observação eleitoral da UE são essenciais para os diálogos com todos os interlocutores, a fim de melhorar os futuros processos eleitorais, e a UE reforçou o seu compromisso no sentido de assegurar um seguimento efetivo às recomendações destas suas missões de observação e também às recomendações das missões de observação eleitoral da OSCE/ODIHR. Estas recomendações são agora sistematicamente evocadas nos diálogos políticos com os países parceiros e contribuem para moldar a assistência eleitoral da UE. O novo Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia vem reforçar a necessidade de consolidar as boas práticas para garantir um seguimento efetivo das missões de observação eleitoral da UE.

A UE concluiu em fevereiro de 2016 o seu exercício-piloto de apoio à democracia destinado a melhorar a coerência do seu trabalho sobre a democracia. Várias delegações da UE, juntamente com as representações dos Estados-Membros no terreno, reforçaram a análise conjunta dos desafios à democracia nos respetivos países parceiros, identificando áreas de trabalho com potencial para encetar reformas democráticas com o país parceiro, de acordo com as especificidades de cada um e de forma eficaz. Em 2016 serão desenvolvidos planos de ação em matéria de democracia.

O exercício-piloto revelou a necessidade de alargar o apoio da UE às instituições democráticas, centrando-se nas interações entre as instituições do Estado e os cidadãos, apoiando o poder legislativo, reforçando os laços entre os partidos políticos e os cidadãos, apoiando a democracia local e estabelecendo contactos com intervenientes tradicionais que desempenhem um papel no reforço da democracia. Incentivou igualmente o desenvolvimento de maiores sinergias entre a análise da democracia, as estratégias por país em matéria de direitos humanos e os roteiros relativos à sociedade civil. O Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia obriga a UE a reforçar o seu trabalho de apoio aos sistemas pluripartidários, aos partidos políticos e aos parlamentos – com o objetivo de alargar o espaço político – e a reforçar a ligação entre as missões de observação eleitoral e a agenda geral de apoio à democracia. Está a contribuir para este objetivo um seguimento mais sistemático das recomendações das missões de observação eleitoral, inclusive através da assistência às eleições.

O apoio direto do Fundo Europeu para a Democracia a grupos-alvo é financiado através de recursos adicionais provenientes de contribuições voluntárias dos Estados-Membros e de outras partes interessadas, como, por exemplo, fundações privadas. Em junho de 2015, a Comissão decidiu fazer uma nova contribuição, no valor de 12 milhões de euros, para as despesas de funcionamento do Fundo de 2015 a 2018.

OUTROS DOMÍNIOS DE ATIVIDADE

Diplomacia climática

A diplomacia climática europeia desempenhou um papel fundamental para que fosse possível alcançar um acordo global ambicioso em matéria de clima na COP 21 de Paris. Este compromisso positivo de combate às alterações climáticas à escala mundial voltou a ser confirmado no contexto do plano de ação da UE para a diplomacia climática, adotado pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros em 15 de fevereiro de 2016.

A UE continuará a apoiar a implementação do Acordo de Paris e colaborará com outros países no intuito de apoiar o pleno cumprimento dos seus compromissos de redução das emissões que tenham assumido no quadro dos contributos previstos determinados a nível nacional. Continuarão a ser desenvolvidos esforços para abordar a relação entre as alterações climáticas, os recursos naturais (incluindo a água), a prosperidade, a estabilidade e a migração. A UE continuará a ocupar-se dos efeitos desestabilizadores das alterações climáticas com alguns dos países parceiros, designadamente através de avaliações dos riscos climáticos e da prestação de apoio ao desenvolvimento de capacidades.

Diplomacia energética

Na sequência das conclusões do Conselho sobre a diplomacia energética da UE e do Plano de Ação em matéria de Diplomacia Energética, adotado em julho de 2015, as considerações em torno da dimensão externa da diplomacia energética passaram a ser mais amplamente tidas em conta nas atividades da UE. As parcerias e os diálogos em matéria de energia deverão continuar a ser coerentes com os objetivos estratégicos pertinentes de política externa – incluindo os objetivos climáticos – e promover a diversificação das fontes, dos fornecedores e das rotas, bem como tecnologias de eficiência energética hipocarbónicas, seguras e sustentáveis, tendo nomeadamente em vista as oportunidades daí advindas para as empresas da UE. Os diálogos sobre energia deverão, sempre que se justifique, incluir debates sobre os desenvolvimentos em matéria de segurança energética global e regional e, sempre que possível, ter em conta as particularidades específicas e os atuais compromissos assumidos pelos Estados-Membros da UE nesta matéria. Deverão também garantir a salvaguarda da soberania e dos direitos soberanos que assistem aos Estados-Membros de explorarem e desenvolverem os seus recursos naturais. A UE continua empenhada na promoção e na melhoria constante de normas de segurança nuclear do mais alto nível nos países terceiros.

Uma política assente em valores

Em 28 de janeiro de 2016, a UE publicou o seu primeiro relatório sobre o impacto do "Sistema de Preferências Generalizadas" (SPG), incluindo o impacto do SPG + em 14 países vulneráveis de rendimento baixo ou médio-baixo. O SPG + tem por base o conceito integral de desenvolvimento sustentável. Graças a este sistema, os países participantes não pagam direitos ao exportarem uma série de produtos para a UE. Em contrapartida, estes países têm de ratificar 27 grandes convenções internacionais, incluindo as convenções das Nações Unidas (ONU) em matéria de direitos humanos e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em matéria de direitos laborais, e de aceitar colaborar no acompanhamento da sua aplicação. Os 14 países avaliados que beneficiam do SPG + desenvolveram todos eles esforços consideráveis e demonstraram um genuíno empenhamento a nível político e institucional, mas é necessário fazer mais. Prossegue o acompanhamento regular e o diálogo com os atuais países beneficiários (Arménia, Bolívia, Cabo Verde, Geórgia, Quirguistão, Mongólia, Paquistão, Paraguai e Filipinas). O próximo relatório bienal sobre o impacto do SPG incidirá sobre o período de 2016/2017.

Minerais de conflito

A UE está a preparar ativamente as próximas medidas, possivelmente reforçadas, para financiar vários projetos de apoio ao aprovisionamento responsável de minerais provenientes de zonas de conflito e de alto risco. Os trabalhos a desenvolver terão em conta a experiência adquirida com os atuais programas da UE — atualmente ao abrigo do Instrumento para a Estabilidade e a Paz — relacionados com a atividade de sensibilização da OCDE para os "minerais de conflito" (apoio da UE de 1 milhão de euros para o período de 2014-2015) e a Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos/Iniciativa Regional para os Recursos Naturais (apoio da UE de 3 milhões de euros para o período de 2014-2016).

Diplomacia Económica Europeia

O objetivo da diplomacia económica é contribuir para a prosperidade das economias da UE no contexto mundial. Potenciando os aspetos regulamentares, políticos, comerciais, financeiros ou culturais, a diplomacia económica cria incentivos ao comércio, à cooperação e ao investimento no contexto mundial, tirando partido dos pontos fortes da Europa e da sua liderança, com uma cooperação eficaz entre os intervenientes da UE e aumentando a coerência e a eficácia da ação externa da UE no domínio económico.

Prosseguiram com base nos seguintes elementos os trabalhos relativos a uma agenda verdadeiramente integrada e eficaz da diplomacia económica da UE: 1) reforço da coordenação e da coerência das políticas da UE; 2) melhor estruturação das relações com os Estados-Membros e as empresas da UE; 3) reforço das funções do Banco Europeu de Investimento, que deverá desempenhar um papel importante na internacionalização das PME, bem como no fornecimento de garantias aos investidores em zonas de risco; e 4) reforço do papel das delegações da UE.

PERSPETIVAS PARA 2017

Os trabalhos respeitantes à execução da Estratégia Global da UE servirão nos anos vindouros de enquadramento às relações externas da UE, incluindo a PESC. A execução dessa estratégia nos diferentes domínios de ação permitirá à União Europeia enfrentar os desafios e as crises de forma mais eficaz e integrada. Continuarão ao longo de 2017 e dos anos mais próximos os trabalhos iniciados em 2016 para dar seguimento às iniciativas que visam tornar a ação externa da UE mais credível, reativa e integrada, nomeadamente no que toca ao aumento da resiliência e a uma abordagem integrada das situações de conflito e de crise, aos problemas de segurança e defesa, bem como ao reforço do nexo entre as políticas interna e externa, com destaque para a migração e a luta contra o terrorismo.
